

Sumário

Número de notícias: 54 | Número de veículos: 43

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo não pode abrir mão de IVA e tributação no destino, diz Tebet 5

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária resolve estruturalmente taxaço das compras online do exterior, diz Appy 6

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet diz que LDO irá assustar e que martelo está batido sobre conteúdo de arcabouço 7

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Precisamos ter uma concorrência leal', diz Alckmin sobre impostos e comércio eletrônico 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

GT da reforma tributária visita Zona Franca de Manaus nesta sexta-feira 9

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy diz não ver risco de votação do arcabouço atrapalhar a reforma tributária 10

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: quanto mais regimes especiais, maior a alíquota para os demais setores, diz Appy 11

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários querem custo Brasil menor e agenda de competitividade, diz Alckmin 13

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária permitirá exigir que sites estrangeiros se registrem e só vendam recolhendo imposto, diz secretário da Fazenda 14

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

E-commerce: Appy diz que reforma tributária resolve 'estruturalmente' problema da evasão fiscal 16

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo deve manter desoneração da folha até reforma dos impostos sobre os empregos, diz Tebet 17

Sexta-Feira, 14 de Abril de 2023

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin diz estar otimista que reforma tributária vai simplificar modelo18

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Anarcotributarismo conduz governo à bagunça.....19

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo deve manter desoneração da folha até reforma do emprego..... 20

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin diz estar confiante na aprovação do arcabouço e da reforma tributária.....21

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Políticas e Justiça..... 22

BRASIL DE FATO - SP - GERAL
ANFIP

Entenda como o governo Lula quer melhorar a arrecadação sem aumentar impostos..... 25

VALOR ONLINE - NOTICIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por uma reforma tributária saudável, solidária e sustentável..... 27

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo abre mão de R\$ 525 bi em impostos por ano; veja lista de isenções..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: Lula é audacioso ao desdolarizar o comércio com a China.....31

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

A alegria do menino da favela..... 33

A GAZETA - MACAPÁ - AP - REGIÃO NORTE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária diz que é preciso respeitar contratos e manter Zona Franca de Manaus até2073
..... 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin e Unecs se reúnem para tratar de Reforma Tributária - CAPITAL S/A.....35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração da folha deve ser prorrogada até reforma sair, diz Tebet..... 37

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos querem aprovação este ano da Reforma Tributária.....38

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Supermercados levam pedido a Alckmin para cortar tributo de alimento..... 39

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estudo identifica distorções em impostos que incidem na cesta básica	40
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tebet diz que, com arcabouço fiscal, governo vai arrumar a casa : Aí sim nós vamos cobrar que os juros de 13,75% caiam	42
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tebet: A reforma tributária é a salvação da lavoura para Brasil crescer	43
FOLHA ONLINE - SP - GOVERNO LULA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo precisa melhorar engrenagem política para votar arcabouço, diz Lira	44
TV SBT - DF - SBT BRASÍLIA 1ª EDIÇÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Alckmin pede apoio à reforma tributária	45
VALOR ONLINE - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Manhã no mercado: Ativos devem reagir a EUA e China; arcabouço e reforma tributária seguem no radar	46
RÁDIO CÂMARA FM 96,9 - DF - CÂMARA ABERTA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Setores de saúde e educação pedem alíquotas menores da reforma tributária	47
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
Que imposto é esse (Nelson Machado e Eurico Marcos Diniz de Santi)	48
VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Arcabouço fiscal e reforma tributária	51
THE WORLD NEWS - BRAZIL ANFIP	
Entenda desafios da proposta de reforma tributária debatida no Congresso	53
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS ANFIP	
Seminário do Correio debate como reforma tributária pode alavancar o PIB	56
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Depois da briga das MPs, Congresso não tem tempo a perder	58
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Municípios não querem perder ISS	59
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
É preciso corrigir vícios, diz diretor da Receita	60
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lira reage, atrai direita e base do governo e forma maior bloco na Câmara	61

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto simples: "Todos ganham" 64

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

IVA dual: uma solução à vista 65

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Modelo atual trava novos empregos 67

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

Um edifício com problemas 69

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Uma reforma ampla e justa 71

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pobre é mais penalizado 73

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

Simplificar imposto para o país crescer 74

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma tributária aumenta PIB em até 20% e amplia renda 77

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo "bate cabeça" sobre tributos ao comércio eletrônico 78

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desigualdades regionais e reforma tributária (Artigo) 81

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy diz que reforma tributária vai alcançar folha de salários 83

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da reforma estuda alíquotas diferenciadas para saúde e educação 84

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy diz que reforma reduzirá diferença entre municípios 86

Governo não pode abrir mão de IVA e tributação no destino, diz Tebet

São Paulo

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse nesta sexta-feira que, apesar da soberania do Congresso em definir a versão final, o governo não pode abrir mão na **reforma tributária** do imposto sobre valor agregado, o IVA, e da tributação de produtos no destino.

Segundo ela, essas são as duas bases da reforma necessária para o Brasil. A ministra salientou que o IVA, seja único ou dual - com um imposto único federal e outro estadual/municipal - é a grande base da reforma. Além de simplificar o sistema, ele evita a cumulatividade e a regressividade tributária. Já a tributação no destino, e não na origem, evitará a cobrança de **impostos** em cadeia, salientou a ministra.

Ao lembrar a perda de participação da indústria no Produto Interno Bruto (**PIB**), ela enfatizou que, ao ser construída sobre essas duas bases, a reforma ajudará a diminuir a carga tributária do setor produtivo. Não há crescimento duradouro sem indústria forte.

Após participar de evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Tebet manifestou também confiança de que com a **reforma tributária**, mais o novo arcabouço fiscal, que visa o social com responsabilidade fiscal, haverá no País um ambiente favorável à redução dos juros.

Ela disse esperar uma sinalização neste sentido já na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para os dias 2 e 3 de maio.

Mais uma vez, ela declarou que o arcabouço é a bala de bronze, ao resolver o impasse fiscal, enquanto a **reforma tributária** é a bala de prata para o Brasil ter crescimento econômico de forma sustentável.

Tebet defendeu também que seja prorrogada a desoneração da folha de pagamento de 17 setores enquanto a **reforma tributária** não for aprovada.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/14/governo-nao-pode-abrir-abrir-mao-de-iva-e-tributacao-no-destino-diz-tebet.htm>

Reforma tributária resolve estruturalmente taxação das compras online do exterior, diz Appy

Brasília

Questionado sobre o endurecimento da taxação de compras online do exterior - em especial de sites chineses - pela **Receita Federal**, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, avaliou nesta sexta-feira, 14, que a reforma resolverá estruturalmente esse problema.

Todos os países que a adotam o IVA exigem que vendedores e sites que queiram vender no país tenham que se registrar como contribuintes. Eles só podem vender se tiverem recolhido o IVA em condições de equivalência com a tributação doméstica. Hoje é inviável fazer isso no Brasil pela complexidade do sistema atual, mas com o sistema simples proposto seria factível de ser feito , afirmou Appy, em evento virtual organizado pela consultoria Ponteio Política.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/14/reforma-tributaria-resolve-estruturalmente-taxacao-das-compras-online-do-exterior-diz-appy.htm>

Tebet diz que LDO irá assustar e que martelo está batido sobre conteúdo de arcabouço

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta sexta-feira, 17, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem, que será publicada hoje no Diário Oficial, irá assustar, pois foi produzida levando em conta as regras do teto de gastos. Como antecipado pela colunista do Estadão Adriana Fernandes, a ministra afirmou que a LDO praticamente zera os gastos discricionários (não obrigatórios) no orçamento de 2024. Isso inclui emendas parlamentares.

Apesar de elaborada com base no regramento do teto de gastos, o texto coloca condicionantes em caso de aprovação, pelo Congresso, do projeto de arcabouço fiscal que será encaminhado pelo governo na semana que vem. A LDO, sim, vai assustar, vai mostrar que não tem espaço fiscal para absolutamente nada de novo e vai ter que tirar despesas discricionárias, praticamente zeramos, disse.

A equipe econômica aposta, para aprovar o arcabouço fiscal, na estratégia de mostrar aos parlamentares que a alternativa ao projeto do governo é penosa. A LDO segue o regramento do teto de gastos. Isso é importante porque mostra, efetivamente, que o teto de gastos, de tanto que foi furado e por não ter sido acompanhado no momento certo da **reforma tributária**, ele já ruiu, caiu em cima da nossa casa e já está arrastando a casa chamada Brasil, afirmou Tebet a jornalistas, ao deixar evento em São Paulo na Fundação Getúlio Vargas organizado pelo Movimento Brasil Competitivo para lançamento da Agenda Brasil 2034, documento com propostas para o desenvolvimento do País nos próximos 12 anos. Ela não quis antecipar números.

No Twitter, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que nesta sexta-feira serão feitos os últimos ajustes no texto do projeto de arcabouço fiscal, que será enviado ao Congresso na segunda-feira, segundo ele. Tebet afirmou que o processo de análise é praxe e que no conteúdo, o martelo já foi batido. Não há alteração no texto, no que se refere ao mérito, é mais uma questão de forma, afirmou a ministra do Planejamento.

O atraso se dá ao fato de que o ministro da Fazenda e o presidente Lula estão na China, chegam no final de semana, (na) segunda-feira analisam o texto e obviamente fazem a assinatura e encaminham ao Congresso nacional, afirmou Tebet.

A ministra também afirmou que há harmonia na equipe econômica, embora também exista diferença de pensamento entre os integrantes: Eu sou mais liberal. Eles, um pouco mais heterodoxos, mas o que nos une é infinitamente maior do que o que nos divide: nós temos compromisso social, sabemos que não fazemos social sem responsabilidade fiscal e uma coisa não exclui a outra.

O posicionamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tem sido levado em conta pela Fazenda e Tebet disse manter boa relação com o ministro Fernando Haddad -- segundo ela, ele é generoso com o Ministério do Planejamento e Orçamento. Não tenho uma visão parecida com o governo na área econômica. Talvez ele (Lula) tenha me colocado lá exatamente com esse propósito, para fazer um contraponto à equipe econômica, e tenho me dado muito bem com o ministro Haddad, disse Tebet.

Alinhada com o discurso do governo, Tebet ministra voltou a criticar os sinais que o Banco Central tem dado ao manter a taxa básica de juros em 13,75% e disse esperar que o Comitê de Política Monetária (Copom), na próxima reunião, reconsidere esse posicionamento. Parte desse 13,75% (da Selic) é em cima de uma situação que não mais existe, hoje o Brasil tem uma estabilidade democrática, política, afirmou. Tudo isso aliado à entrega do arcabouço crível, simples, transparente e possível e a **reforma tributária** em andamento cria um cenário político confortável para que o BC possa reavaliar, afirmou a ministra.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/tebet-diz-que-ldo-ira-assustare-que-martelo-esta-batido-sobre-conteudo-de-arcabouco,1abdbaf23eb8fcd916be1ea8cf007622prqem86j.html>

'Precisamos ter uma concorrência leal', diz Alckmin sobre impostos e comércio eletrônico

Economia

/
por

Agência Estado

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), comentou nesta sexta-feira (14) o anúncio de alterações na fiscalização e cobrança do imposto de importação sobre compras feitas em sites de empresas estrangeiras. Ele defendeu que as regras no comércio eletrônico não favoreçam nem prejudiquem um só tipo de loja, seja nacional ou internacional.

"O comércio eletrônico é positivo, mas precisamos ter uma concorrência leal", afirmou. "Alguém com comércio aqui implantado, pagando imposto, gerando emprego, tendo um tipo de tributação, e [a existência de] outro tipo de tributação, faz concorrência que não é leal. Esse é o objetivo [das possíveis mudanças na tributação], apenas esse", acrescentou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Leia mais: Tire suas dúvidas em 7 pontos sobre o imposto de importação que vai ser cobrado de sites chineses

Alckmin também contou que está otimista quanto ao andamento e às proposições da **reforma tributária**, que está em fase de discussão no governo federal. Ele salientou que a proposta não deve ter caráter restritivo e vai alinhar o Brasil a sistemas tributários já adotados em outros países.

"Estamos muito otimistas. Ela vai simplificar o modelo. Não é pra cobrar de setor A, B ou C, mas é para simplificar o modelo, trocando cinco **impostos** sobre consumo [ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI] por um, o IVA, como o mundo inteiro tem, um Imposto de Valor Agregado", explicou.

O presidente em exercício também defendeu os efeitos positivos que a reforma pode trazer para o ambiente de negócios do empresariado. "Com a

reforma, você simplifica, estimula os investimentos, reduz o custo Brasil, reduz a burocracia, estimula a exportação. Então, eu diria que a reforma a ser apresentada é positiva", finalizou.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/precisamos-ter-uma-concorrenca-leal-diz-alckmin-sobre-impostos-e-comercio-eletronico-14042023>

GT da reforma tributária visita Zona Franca de Manaus nesta sexta-feira

Michelle Portella*

Manaus - Os benefícios das indústrias da Zona Franca de Manaus serão garantidos até 2073 pelo Fundo de Desenvolvimento Regional. É o que afirma o presidente do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG). Lopes e o relator da matéria na Casa, Agnaldo Ribeiro (PP-PB), cumprem agenda no estado do Amazonas nesta sexta-feira (14/4). Na programação estão encontros com autoridades locais para debater o novo modelo tributário e idas a fábricas dentro da ZFM.

A primeira visita na agenda foi à Moto Honda da Amazônia Ltda., onde os parlamentares conheceram a linha de montagem de fábrica, testaram as motos e conversaram com funcionários. No local, Lopes defendeu uma reforma com foco à indústria. "Toda a reforma segue a ideia de ampliar a segurança jurídica", explica.

Atualmente, o Polo Industrial de Manaus (PIM) possui cerca de 500 empresas. "É fundamental que esse modelo seja preservado", diz o governador do Amazonas, Wilson Lima. "Precisamos saber como os incentivos serão mantidos", explica.

Relator da matéria, o deputado federal Agnaldo Ribeiro destaca que o modelo da ZFM é uma referência de desenvolvimento, mas evita antecipar uma possível proposta. "Ainda estamos conversando, os membros do GT, do Ministério da Fazenda e parlamentares da Amazônia, para afinar a ideia."

*A repórter viajou a convite do governo do estado do Amazonas

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e

telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5087341-gt-da-reforma-tributaria-visita-zona-franca-de-manaus-nessa-sexta-feira.html>

Appy diz não ver risco de votação do arcabouço atrapalhar a reforma tributária

Brasília

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, avaliou nesta sexta-feira que o debate e votação do novo arcabouço fiscal não deve atrapalhar a tramitação da **reforma tributária** sobre o consumo na Câmara dos Deputados.

A perspectiva do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) é aprovar o novo arcabouço fiscal ainda em maio na Câmara. O grupo de trabalho da reforma deve apresentar seu relatório informal com recomendações até 16 de maio.

O substitutivo do relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) será apresentado no plenário após a votação do arcabouço, para ser votado em junho, afirmou, em evento virtual organizado pela consultoria Ponteio Política.

Zona Franca de Manaus

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária** disse ainda que a Pasta enviou uma equipe técnica para Manaus para estudar as questões levantadas pelo governo do Amazonas sobre a situação da Zona Franca dentro da reforma.

A ideia é fazer uma transição suave com muita tranquilidade para o novo modelo, que garanta pelo menos o mesmo nível de emprego e renda da Zona Franca, mas de uma forma mais eficiente, afirmou Appy. Não será abrupto. A transição da Zona Franca de Manaus será mais longa que o prazo da reforma, completou.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/14/appy-diz-nao-ver-risco-de-votacao-do-arcabouco-atrapalhar-a-reforma-tributaria.htm>

Reforma tributária: quanto mais regimes especiais, maior a alíquota para os demais setores, diz Appy

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, afirmou nesta sexta-feira, 14, que questões técnicas e políticas devem permitir a abertura de diversos regimes especiais de tributação na reforma de **tributos** sobre o consumo, mas alertou que um número elevado de exceções pode resultar em uma alíquota maior para os setores não favorecidos.

Obviamente sabemos que um modelo 100% sem exceções é inviável politicamente, embora seja o ideal tecnicamente. Serviços e agronegócios estão no radar e há essa tendência de válvulas de escape dessas regras homogêneas, afirmou, em evento virtual organizado pela consultoria Ponteio Política.

Appy explicou que algumas exceções serão abertas por razões técnicas e não meramente políticas, como por exemplo combustíveis fósseis. O secretário repetiu que serviços financeiros e as operações com bens imóveis também terão regimes especiais, como ocorre em outros países.

O restante virá por decisão política e os outros setores com regimes favorecidos serão definidos pelo Congresso. A posição do Ministério da Fazenda é de que seja o mínimo possível, porque quanto mais exceções houver, mais aumenta a complexidade do sistema, elevando os custos burocráticos para apurar o tributo e o risco de contencioso, completou.

Appy citou os setores previstos em regimes especiais na PEC 45, como saúde, educação, produtos agropecuários, transporte coletivo de passageiros e transporte rodoviário de cargas. Quanto mais tratamentos favorecidos, maior será a alíquota para os demais setores para poder manter a carga tributária estável, alertou.

O secretário admitiu que há pressões de diversos setores por regimes especiais, mas afirmou que a definição ainda demanda negociação com o Congresso. Estamos na gestão da panela de pressão. Estamos na fase de manter pressão na panela para cozinhar o guisado. Não pode deixar pressão demais, senão estoura a panela, mas há o momento certo de tirar a pressão e colocar na mesa esses eventuais

regimes favorecidos setoriais para viabilizar a aprovação da reforma.

Para Appy, o debate e votação do novo arcabouço fiscal não deve atrapalhar a tramitação da **reforma tributária** sobre o consumo na Câmara dos Deputados.

A perspectiva do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) é aprovar o novo arcabouço fiscal ainda em maio na Câmara. O grupo de trabalho da reforma deve apresentar seu relatório informal com recomendações até 16 de maio. O substitutivo do relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) será apresentado no plenário após a votação do arcabouço, para ser votado em junho, afirmou, em evento virtual organizado pela consultoria Ponteio Política.

Questionado sobre o endurecimento da taxa de compras online do exterior - em especial de sites chineses - pela **Receita Federal**, o secretário avaliou que a reforma resolverá estruturalmente esse problema.

Todos os países que adotam o IVA exigem que vendedores e sites que queiram vender no país tenham que se registrar como contribuintes. Eles só podem vender se tiverem recolhido o IVA em condições de equivalência com a tributação doméstica. Hoje isso é inviável fazer isso no Brasil devido à complexidade do sistema atual, mas com o sistema simples proposto seria factível de ser feito, afirmou.

Segundo o secretário, o ministério enviou uma equipe técnica para Manaus para estudar as questões levantadas pelo governo do Amazonas sobre a situação da Zona Franca dentro da reforma.

A ideia é fazer uma transição suave com muita tranquilidade para o novo modelo, que garanta pelo menos o mesmo nível de emprego e renda da Zona Franca, mas de uma forma mais eficiente, afirmou. Não será abrupto. A transição da Zona Franca de Manaus será mais longa que o prazo da reforma, completou.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/reforma-tributaria-quanto-mais-regimes-especiais-maior-a-aliquota-para-os-demais-setores-diz-appy,19241eaf1f2d4a0b9e81b055293fc240m63hwf0b.html>

Empresários querem custo Brasil menor e agenda de competitividade, diz Alckmin

Em São Paulo

O presidente em exercício da República, Geraldo Alckmin, afirmou nesta sexta-feira que o governo Lula está ouvindo as demandas do empresariado brasileiro e tem adotado medidas para melhorar o ambiente de negócios do País. Na avaliação dele, os empresários acreditam na atuação da política econômica do governo.

Eles acreditam sim, muito, no presidente Lula, porque foi no governo do presidente Lula que o Brasil mais cresceu. Em 2010, o crescimento do **PIB** brasileiro foi praticamente 7% , afirmou Alckmin à **Band News** (Os empresários) acreditam na **reforma tributária**, acho que eles vão ajudar também na ancoragem fiscal , acrescentou o presidente em exercício.

Alckmin destacou também medidas adotadas pelo governo para simplificação e desburocratização das relações comerciais brasileiras. A exportação de frango para Reino Unido e União Europeia pagava 166 reais por dia com certificado de origem. Agora é zero. A partir de 1º de março, não paga mais nada, deixou de ser papel para ser digital , disse.

E complementou: Também salvamos alguns setores industriais. Imagina que paradoxo: 4% de imposto de importação para borracha e 0% para pneu. Fizemos isso no ano passado. Você fecha todas as indústrias. Como pode ter imposto zero para o produto acabado e para importar o insumo, 4%. Nós voltamos ao que era, salvamos a indústria da borracha, que gera muito emprego.

O presidente em exercício também comentou sobre as propostas em estudo para estímulo de renovação subsidiada de frota de caminhões poluentes. Estamos estudando um sistema em que vamos compramos caminhão muito velho para retirá-lo, não poluir as ruas, dar crédito, estímulo, desconto para renovar a frota , afirmou.

Alckmin afirmou ainda que o aumento da mistura de biodiesel no diesel, que passou de 10% para 12% e começou a valer a partir deste mês, deve estimular e fazer a indústria do biodiesel crescer muito . O etanol também deve ter uma grande oportunidade de crescimento porque aumentou o diferencial da gasolina para o etanol, etanol não só de cana, mas

também de milho , disse.

Ele defendeu ainda a importância da recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), cujas atribuições estavam anexadas ao antigo Ministério da Economia no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Não dava para o Ministério da Fazenda cuidar de tudo, porque não cuida direito, é preciso ter especificado. E os novos ministérios não criaram cargo novo, nenhum cargo foi criado, nenhum, eles foram redistribuídos , afirmou.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/04/14/empresarios-querem-custo-brasil-menor-e-agenda-de-competitividade-diz-alckmin.htm>

Reforma tributária permitirá exigir que sites estrangeiros se registrem e só vendam recolhendo imposto, diz secretário da Fazenda

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou nesta sexta-feira (14) que a eventual aprovação de uma **reforma tributária** sobre o consumo pelo Congresso Nacional resolveria de forma estrutural o problema de sonegação de **impostos** verificada nas vendas de sites estrangeiros para o Brasil.

De acordo com as propostas discutidas no Congresso Nacional, seria instituído um tributo nos moldes de um imposto sobre valor agregado (IVA), existente nas economias mais desenvolvidas, que substituiria cinco **tributos**: PIS, Cofins e IPI federais, além do ICMS estadual e do ISS municipal. Também haveria um imposto seletivo sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Em evento promovido pela Ponteio Política, Appy afirmou que, enquanto esse assunto não é tratado de forma estrutural ou seja, duradoura, por meio da **reforma tributária**, o governo está adotando medidas conjunturais (relativas ao momento atual) por meio do fim da isenção das remessas de pessoas físicas para pessoas físicas com limite de até US\$ 50,00.

Isso já estaria sendo endereçado estruturalmente na **reforma tributária**. Mas já tem medidas de curto prazo sendo endereçadas agora por conta dos desequilíbrios competitivos por conta de operações sendo feitas fora do escopo da legislação, afirmou o secretário.

Appy afirmou, também, acreditar que a **reforma tributária** sobre o consumo será aprovada ainda neste ano no Congresso Nacional. Em sua visão, há uma conjunção de prioridades entre a Câmara, o Senado, o governo e estados e municípios que cria um ambiente favorável à sua aprovação.

O secretário Bernard Appy disse, também, que o Executivo está discutindo com o governo do Amazonas uma transição suave para um novo modelo

a ser instituído na Zona Franca de Manaus (ZFM) que garanta, no mínimo, tanta geração de emprego e renda, mas que seja mais eficiente que o modelo atual

Segundo ele, o objetivo é fazer essa transição com tranquilidade, ou seja, que não aconteça de forma abrupta para não prejudicar as empresas instaladas na região.

Não tem nenhum acordo fechado, mas quando for fechado vai ser levado à instância política. A ideia é de, em um prazo razoável, mas mais longo que a transição da reforma tributária, migrar para um modelo mais eficiente de geração de emprego e renda na região, focando em vocações regionais, declarou. Appy não deu mais detalhes.

Nesta quarta-feira, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara, afirmou que é preciso respeitar contratos e, por isso, defendeu a manutenção da Zona Franca de Manaus (ZFM) até 2073.

Criada em 1967, a Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região, com o objetivo de fomentar empregos e gerar renda na Amazônia. Para 2023, a estimativa da Secretaria da **Receita Federal**, é de que a renúncia de arrecadação (valores que deixarão de entrar nos cofres do governo) com a Zona Franca seja de R\$ 30,3 bilhões.

Levantamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), feito em dezembro de 2021, aponta que são 100.047 postos de trabalho entre efetivos, temporários e terceirizados. Representantes do setor industrial da região dizem que os empregos diretos e indiretos somam 500 mil.

Em outubro do ano passado, Sergio Leitão, diretor-executivo do Instituto Escolhas, uma associação civil sem fins econômicos que busca qualificar o debate sobre sustentabilidade, avaliou que a ZFM precisa se dinamizar e se renovar, pois há desafios que fazem

com que ela gere menos empregos como, por exemplo, a robotização dos processos produtivos.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/14/reforma-tributaria-permitira-exigir-que-sites-estrangeiros-se-registrem-e-so-vendam-recolhendo-imposto-diz-secretario-da-fazenda.ghtml>

E-commerce: Appy diz que reforma tributária resolve 'estruturalmente' problema da evasão fiscal

Por Renan Monteiro - Brasília

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, afirmou nesta sexta-feira que a **reforma tributária** estruturada pelo governo e pelo Legislativo vai solucionar irregularidade no comércio eletrônico.

- A **reforma tributária** já estaria resolvendo estruturalmente o problema, na medida em que todos os países do mundo que tem IVA, tem feito é exigir que sites que querem vender no país precisam se registrar como contribuintes e só vende no país se tiver recolhido o IVA em condições de equivalência com a tributação doméstica - diz.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/e-commerce-appy-diz-que-reforma-tributaria-resolve-estruturalmente-problema-da-evasao-fiscal.ghtml>

Governo deve manter desoneração da folha até reforma dos impostos sobre os empregos, diz Tebet

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que o governo vai manter a desoneração na folha de pagamento de 17 setores da economia até que uma reforma sobre a tributação do emprego seja aprovada.

"Acredito que enquanto a reforma sobre o emprego não vier, não vai haver reoneração desses 17 setores que estão desonerados em relação à folha por conta da quantidade de empregos que geram", afirmou Tebet, ponderando que a decisão precisa ainda ser formalizada pelo Ministério da Fazenda.

Atualmente, 17 setores da economia têm direito à isenção na folha, permitindo que as empresas paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

O governo federal vem trabalhando em uma proposta de **reforma tributária** em etapas. A primeira parte, que deve ser votada pelo Congresso até abril, tem foco na mudança da tributação sobre o consumo, e a segunda, com expectativa de apresentada no segundo semestre deste ano, foca a mudança dos **impostos** sobre a renda.

Tebet declarou, durante um evento promovido pela prefeitura de Araraquara (SP), que esta nova etapa tem foco no emprego. "Nós precisamos de três reformas no Brasil. A mais difícil e complexa é essa que está aí. A segunda depende mais de uma lei complementar, que é o imposto sobre a renda, que mexe inclusive para que a gente possa chegar naquela isenção da tabela de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. A terceira etapa, que não significa que não possa caminhar junto, é a tributação sobre emprego", detalhou.

No Congresso, parlamentares articulam para garantir a desoneração permanente da folha de pagamento incorporada à proposta de **reforma tributária** que está

sendo construída pelo governo federal.

"Não é correto que se tributem salários e se encareça o que mais precisamos no Brasil, que é gerar os empregos. Há um consenso que esse imposto sobre o salário é um desincentivador para a geração de empregos", comentou o deputado federal Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/governo-deve-manter-desoneracao-da-folha-ate-reforma-dos-impostos-sobre-os-empregos-diz-tebet-14042023>

Alckmin diz estar otimista que reforma tributária vai simplificar modelo

São Paulo

O presidente em exercício da República, Geraldo Alckmin, disse nesta sexta-feira, 14, que está otimista em relação ao andamento e às proposições da **reforma tributária** a ser apresentada pelo governo federal e que ainda está em fase de discussão. Alckmin salientou que a proposta não deve ter caráter restritivo e alinha o Brasil ao sistema tributário já adotado em outros países.

Estamos muito otimistas. Ela vai simplificar o modelo. Não é pra cobrar de setor A, B ou C, mas é para simplificar o modelo, trocando cinco **impostos** sobre consumo (ICMS, ISS, PIS, Cofins, IPI) por um, o IVA, como o mundo inteiro tem, um Imposto de Valor Agregado , disse ele, em entrevista à BandNews

O presidente em exercício também defendeu os efeitos positivos que a reforma pode trazer para o ambiente de negócios do empresariado. Com a reforma, você simplifica, estimula investimento, reduz custo Brasil, reduz burocracia, estimula exportação, então eu diria que a reforma a ser apresentada é positiva , afirmou.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/14/alckmin-diz-estar-otimista-que-reforma-tributaria-vai-simplificar-modelo.htm>

Anarcotributarismo conduz governo à bagunça

A gestão Lula inovou. A pretexto de colocar ordem no manicômio tributário, criou o anarcotributarismo. Habitualmente, os governos governam e a oposição se opõe. No anarcotributarismo, a coisa é muito diferente. Fernando Haddad iniciou sua caça aos jabutis com um tiro no próprio pé. A pasta da Fazenda enxerga o PT como um agrupamento de inimigos. Janja tabela com Fernando Haddad para fazer gols contra. E a oposição se diverte jogando parada. Quando a maluquice assume o comando do hospício, chega-se à bagunça.

No momento, o Planalto gasta o que não tem para comprar no Congresso a adesão a uma **reforma tributária** e a uma nova regra fiscal que colocará os ricos no Imposto de Renda a fim de manter os pobres no Orçamento. Como os projetos ainda não existem, o governo engasga com o próprio cuspe.

Alertados, os ricos acionam os seus lobbies no Legislativo para continuar subtributados. E os brasileiros remediados se irritam com a perspectiva de pagar 60% mais caro pela mercadoria que compram no camelódromo digital asiático. O governo conseguiu transformar numa agressão à classe média uma providência indispensável: combate à sonegação no comércio eletrônico, com fraudes que variam de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões por ano.

Para usar uma comparação futebolística ao gosto de Lula, Janja viu que o governo do marido estava mal colocado, amorteceu a bola e fez tabelinha com Haddad na China, o campo dos adversários virtuais. Fizeram dois gols. Ambos contra.

Trata-se de combater a sonegação, não de taxar os consumidores, disse a primeira-dama, ofendendo a inteligência de quem pagará mais caro pela blusinha chinesa. Eu nem conheço a Shein, só conheço a Amazon, onde compro livros, afirmou Haddad, distanciando-se da várzea onde os rústicos fazem as suas compras. O ministro esquece que a rusticidade também vota.

Jogando sem suar a camisa, a oposição ri da bagunça governamental enquanto acena para a arquibancada das redes sociais.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2023/04/14/anarcotributarismo-conduz-governo-a-bagunca.htm>

Governo deve manter desoneração da folha até reforma do emprego

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que o governo vai manter a desoneração na folha de pagamento de 17 setores da economia até que uma reforma atingindo a tributação do emprego seja aprovada.

"Acredito que enquanto a reforma sobre o emprego não vier, não vai haver reoneração desses 17 setores que estão desonerados em relação à folha por conta da quantidade de empregos que geram", afirmou Tebet, ponderando que esta é uma decisão que ainda precisa ser formalizada pelo Ministério da Fazenda.

Atualmente, 17 setores da economia têm direito à isenção na folha, permitindo que as empresas paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

O governo federal vem trabalhando em uma proposta de **reforma tributária** em etapas. A primeira parte, que deve ser votada pelo Congresso até abril, tem foco na mudança da tributação sobre o consumo, e a segunda parte, com expectativa para ser apresentada no segundo semestre deste ano, foca a mudança dos **impostos** sobre a renda.

Tebet declarou, durante um evento promovido pela prefeitura de Araraquara (SP), que esta nova etapa tem foco no emprego. "Nós precisamos de três reformas no Brasil. A mais difícil e complexa é essa que está aí. A segunda depende mais de uma lei complementar, que é o imposto sobre a renda, que mexe inclusive para que a gente possa chegar naquela isenção da tabela de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil. A terceira etapa, que não significa que não possa caminhar junto, é a tributação sobre emprego", detalhou.

No Congresso, parlamentares articulam garantir a desoneração permanente da folha de pagamento incorporada à proposta de **reforma tributária** que está sendo construída pelo governo federal.

"Não é correto que se tributem salários e se encareça o que mais precisamos no Brasil, que é gerar os empregos. Há um consenso que esse imposto sobre o salário é um desincentivador para a geração de empregos", comentou o deputado federal Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/governo-deve-manter-desoneracao-da-folha-ate-reforma-do-emprego-14042023>

Alckmin diz estar confiante na aprovação do arcabouço e da reforma tributária

São Paulo

O presidente em exercício da República, Geraldo Alckmin, afirmou nesta sexta-feira (14) que está confiante com a aprovação do novo arcabouço fiscal e da proposta de **reforma tributária** no Congresso. Na avaliação de Alckmin, a proposta de nova regra fiscal apresentada pelo governo foi muito inteligente e será encaminhada nos próximos dias.

Para Alckmin, a proposta de novo arcabouço trata-se uma reancoragem fiscal, baseada no controle da trajetória da dívida pública e em superávits primários. O Brasil não pode gastar mais do que arrecada, e precisa fazer uma curva de redução da dívida, ou seja, responsabilidade fiscal, afirmou ele, que concedeu entrevista à BandNews. O novo arcabouço também vai trazer segurança para a redução da taxa de juros, complementou.

Sobre a **reforma tributária**, Alckmin afirmou que está otimista com a proposta porque os presidentes da Câmara e do Senado são favoráveis à proposta e que o presidente Lula é um entusiasta da reforma.

A sociedade está madura. Há quantos anos discutimos **reforma tributária**? Todo mundo sabe que ela é necessária, é um dos entraves para um maior crescimento brasileiro. O Congresso vai debater bastante, mas acho que ela será aprovada, disse Alckmin.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/14/alckmin-diz-estar-confiante-na-aprovacao-do-arcabouco-e-da-reforma-tributaria.htm>

Políticas e Justiça

Michael França

Perfil do blogueiro

Espaço com opiniões de gestores e acadêmicos que se debruçam a estudar questões sociais

Link externo, abre o Twitter do blog

Nesta entrevista, a economista Elena Landau apresenta sua avaliação do atual governo, discute algumas políticas públicas implementadas e traz um pouco do seu posicionamento em relação à diversidade e inclusão no país.

Elena, o que mais te orgulha em ser brasileira? É uma pergunta muito difícil de responder, porque uma coisa é o amor que eu tenho pelo meu país, que é separado do sentimento de orgulho. Eu tenho paixão pelo Brasil, por isso eu me envolvo em economia, em política, em políticas públicas. Mas orgulho, nesse momento, eu não consigo ter. Nós sempre falamos do Brasil pela ótica da cultura, da miscigenação, da natureza, da gentileza do povo e, neste momento, o que temos é uma depreciação da cultura brasileira, pouca ênfase na questão educacional, a natureza deixada de lado, a polarização da política, o excesso de violência - que tem deixado o brasileiro pouco cordial. Então para mim, não existe neste momento, motivo para ser orgulhosa. Fora isso, temos um quadro persistente de desigualdade estrutural, uma falta de mobilidade social, pouca ênfase na infância, tudo isso me deixa muito preocupada. Então eu continuo apaixonada pelo Brasil e tenho esperança de recuperar o orgulho.

O que mais te entristece em nosso país? O que me deixa muito triste no Brasil é a gente cair nessa armadilha da polarização entre bolsonaristas e petistas, direita e esquerda. E nessa toada vemos mudanças radicais de políticas econômicas a cada governo, abandono de políticas públicas que dão certo porque ideologicamente foi um outro presidente que fez. Tudo isso mantém os níveis de desigualdade muito alto, com pouca ênfase na educação e com dificuldade de criar uma sociedade realmente inclusiva e diversa. Então, como superar esses impasses da polarização para que a gente consiga construir um país mais estável institucionalmente, mais diverso, mais inclusivo, mais social, mais justo, com maiores igualdades de oportunidade? O que me entristece é esse monte de oportunidade que o Brasil tem, mas não consegue aproveitar. A questão ambiental é muito evidente neste aspecto. Poderíamos estar no centro da discussão de transição energética e economia verde, mas a imagem do Brasil por anos foi a pior possível. Mas é uma área que se bem conduzida pode

dar uma guinada rápida.

Como você avalia o atual governo? Onde precisa melhorar? Tem algo que você considera como positivo nesses meses iniciais? Eu acho que o atual governo está muito aquém das expectativas. Eu não esperava um grande avanço nas políticas públicas, por outro lado, esperava uma mudança na orientação da política econômica. Mas o que estamos vendo é uma paralisação de um governo que já completou 100 dias no poder e se propôs a poucas iniciativas. As iniciativas que o governo está tomando são para desmontar reformas institucionais que deram certo, como a lei das estatais, ou ainda o marco do saneamento, que tem um impacto social enorme e que está sendo reformulado para que possa acomodar de novo o interesse de empresas estaduais/estatais que não têm competência financeira para fazer o saneamento. Os antigos projetos foram recuperados sem incorporar as avaliações sobre a qualidade da política e sua eficiência: falo do Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família. O Minha Casa, Minha Vida, do jeito que está só aumenta a segregação social, e o Bolsa Família pode fazer muito mais com os mesmos recursos.

Então o que podemos ver é uma questão política que passa à frente das necessidades sociais do Brasil. Mesmo na área da educação e do meio ambiente, não se vê nenhuma iniciativa concreta que não seja desmontar a herança da barbárie. Isso já é um grande avanço, mas não é suficiente. O positivo nesses meses iniciais é o afastamento do próprio Bolsonaro e a interrupção das políticas de destruição, como aconteceu na área da cultura, como aconteceu na área da educação e no meio ambiente. Mas eu espero uma agenda mais positiva, mais proativa e que o governo desista de desmontar coisas que funcionaram no passado - como ignorar a necessidade de equilíbrio fiscal - para que a gente possa de fato cumprir com a responsabilidade social que o Brasil precisa.

Em relação aos desafios sociais, quais seriam as políticas públicas que precisariam avançar? Acho que nosso maior desafio social é a questão da desigualdade e da mobilidade social. Então as políticas públicas que precisariam avançar são aquelas que permitem maior igualdade de oportunidade. O Brasil tem várias ideias nessa área, eu acho que falta uma boa avaliação de política pública para que a gente possa reproduzir aquilo que já deu certo, ao invés de a cada governo tentar inventar a roda.

Eu acredito que o principal desafio hoje é uma atuação em relação a primeira infância. O Brasil gasta muito com idoso, por conta do nosso sistema de previdência, e relativamente pouco com crianças. Gastar com crianças significa investir em políticas transversais, políticas de ação na violência doméstica, no saneamento, na nutrição, na saúde, no médico da família, para que esse cidadão que está começando sua vida possa fazer uma mudança na sociedade do futuro e, com isso, diminuir o fosso que existe entre classes sociais. Sem igualdade de oportunidade, nós não vamos conseguir que nenhuma política pública tenha o efeito duradouro que gostaríamos que tivesse. Não há meritocracia possível com um ponto de partida tão desigual.

A literatura empírica recente tem destacado os limites da educação na promoção de maior igualdade de oportunidades. O capital social e a discriminação, por exemplo, têm um papel não desprezível nos resultados alcançados na vida das pessoas. Nesse contexto, como gerar maior integração em uma sociedade segregada? Eu acho que a educação é um ponto de partida, e a educação, como eu falei, vem desde a primeira infância. Uma educação que permita acesso de igualdade entre classes e assim vamos interrompendo o padrão de reprodução de uma sociedade marginalizada. Sabemos que, casas onde a escolaridade dos pais é melhor, maior a capacidade de mobilidade.

Precisamos ter uma sociedade mais diversa e inclusiva, porque essa integração com meios diferentes, com diferente acesso à cultura, são muitos produtos que uma determinada população tem e a outra não tem, aprofunda o fosso, como bem mostrou a pandemia. Precisa aumentar contato social, a troca de experiências, o acesso a contatos sociais que ajudam no mercado de trabalho, tudo isso facilita e melhora a capacidade de mobilidade. Eu acho que isso passa muito por uma questão de economia urbana, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida. Não adianta reproduzir os problemas do passado: casas isoladas, longe de serviços públicos, falta de acesso ao mercado de trabalho e pessoas de uma classe de renda segregada em seu próprio espaço físico. Apesar de tudo, eu vejo isso com otimismo porque há um interesse crescente na discussão sobre integração urbana.

Até onde você acha que vai a responsabilidade individual e a coletiva nos resultados atingidos pelos brasileiros? Eu acho que a responsabilidade individual e coletiva é enorme, porque o brasileiro precisa atuar mais na demanda de questões que não sejam só de lobby. O brasileiro precisa entender que se um dia tivermos uma sociedade menos desequilibrada socialmente, mais diversa, mais justa e mais

sustentável do ponto de vista ambiental, todos ganham na qualidade da economia.

Mas fora da economia, há a questão institucional também. As pessoas defendem mudanças institucionais desde que não mexam com o que se ganha, é o que acontece por exemplo com a **reforma tributária**. Essa reforma é fundamental para que exista um sistema mais simples e menos regressivo, mas determinados setores que pagam menos **impostos** -e que sabem que pagam muito abaixo da média- não querem mexer nos seus **impostos**, mas querem uma **reforma tributária** que simplifique a vida deles. Então há uma responsabilidade de todos. Quando falamos do marco de saneamento também: nós estamos deixando o marco do saneamento ser mudado por interesses paroquiais e a sociedade se mobiliza muito pouco para defender o ganho que aconteceu agora com o aumento expressivo do investimento privado e beneficia diretamente a população de baixa renda. O que eu vejo é que no dia a dia brasileiro, as pessoas estão cada vez menos interessadas em atuar na sociedade como um todo. É como se o brasileiro tivesse perdido aquela qualidade da solidariedade, eu não sei se isso vem da polarização política, ou se a polarização política começa pelos partidos e atinge os indivíduos, mas, de qualquer forma, é algo que precisamos interromper.

Como você avalia a política de cotas no ensino superior? De início, como uma liberal de carteirinha que sou, eu fui contra a política de cotas. Eu achava que precisávamos trabalhar na base, como eu falei, com a primeira infância, com a educação, para que não precisássemos de uma política de cotas que tenta minimizar os efeitos de uma entrada no sistema desequilibrada, tanto do ponto de vista racial como econômica. Mas eu mudei de ideia, eu sou a favor da política de cotas porque até as políticas na base fazerem efeito, mais gerações serão perdidas. Acho que ela teve um grande resultado, o problema é que ela não dá conta de tudo e não se pode abandonar as políticas na base, na entrada do sistema.

Você garante a entrada no ensino superior, mas tem um problema de acompanhamento e de sustentação dessas pessoas que não têm recursos para se dedicar apenas ao estudo. A questão do material didático, por exemplo, que às vezes é caríssimo, como é o caso de cursos como medicina. No setor público, você percebe que a participação de pessoas negras é pequena porque eles não têm condição financeira para ficar dois anos estudando para concurso. As estatísticas também mostram que a participação de negros é maior em faculdades onde o mercado de trabalho tem menos interesse. Então quando essas pessoas saem do ensino superior, nem sempre elas conseguem levar esse avanço que conseguiram nas cotas para o resto

da vida. Eu acredito que elas precisam de um complemento para garantir de fato a eficácia da política de cotas, tanto com políticas públicas como com iniciativas privadas.

Acha que deveríamos expandi-la? Por exemplo, para pós-graduação e para o corpo docente das universidades? Eu não sou a favor de cotas para pós-graduação, nem para corpo docente. Eu sou a favor de que primeiro a gente consolide uma qualidade na política de cotas no ensino superior, para que de fato, pelos motivos que eu falei acima, as cotas no ensino superior tenham mais eficiência. A pós-graduação já é uma consequência natural da qualidade de uma política de cotas e o corpo docente também. Se a gente não atuar para melhorar a eficácia da política de cotas, criaremos cotas em todas as etapas da grade de educação, mas não vai resolver o problema estrutural básico.

Você atua em um meio que é predominantemente masculino. Isso te afetou de alguma maneira? Sente falta de maior diversidade nos lugares que frequenta? Olha, eu frequentei um meio predominantemente masculino, mas eu nunca tive problemas. Eu não sei se é por conta da minha personalidade, talvez porque eu fui criada numa família com três irmãos homens, mas não me afetou muito ser uma minoria em espaços majoritariamente ocupados por homens. E mesmo quando sofria algum tipo de discriminação, na maioria das vezes na forma de piadinhas, eu tinha condições socioeconômicas, aliada à minha personalidade, para reagir. Tanto que já aconteceu de eu recusar falar no Dia Internacional da Mulher porque eu achava que eu não tinha motivos, que não representava um grupo de mulheres efetivamente excluída do mercado de trabalho ou de fato discriminada na ascensão profissional. Sempre achei melhor dar espaço para pessoas que realmente precisavam de voz no Dia Internacional da Mulher, porque na minha geração a gente era contra a data, nosso discurso era de que não queríamos diferença de tratamento entre homens e mulheres. Hoje eu mudei de ideia, hoje eu acredito que precisamos de dias simbólicos como esse porque são nesses dias que a falamos dos problemas enfrentados pela mulher no mercado de trabalho, na violência doméstica, na cultura patriarcal brasileira, onde a divisão das tarefas é bastante desigual.

Nos lugares que eu frequento tem pouca diversidade, não por falta de oferta, eu sou de alguns conselhos e conheço nas áreas que eu trabalho de energia elétrica e infraestrutura, há enorme oferta de mulheres da maior competência. A possibilidade de diversidade é enorme, a oferta existe. O que eu acho é que há uma reprodução permanente de um preconceito de estereótipos femininos, que a gente precisa romper com isso.

Esse talvez seja o momento mais importante da entrevista: gostaria de saber um pouco mais sobre seu gosto musical. Existe alguma música que está mexendo contigo atualmente? Você tem algum estilo de música preferido? Meu gosto musical é completamente eclético, eu sou completamente apaixonada por música clássica, eu viajo para ouvir música clássica, assino canais de músicas, mas eu também adoro os clássicos americanos, eu não resisto a ouvir Frank Sinatra, Ella Fitzgerald, adoro música brasileira. Nesse ano eu tive a oportunidade de ir ao show do Chico Buarque mais de uma vez, é um presente que ele deixa para todos nós, neste momento. Eu não tenho um estilo de música preferido, eu vou da bossa nova ao rock. Mas eu acho que se eu tiver que escolher, o que realmente mexe comigo seria a música erudita.

Por fim, gostaria de deixar alguma mensagem de esperança para os nossos leitores? Olha eu sou uma pessoa extremamente pessimista no momento, mas eu sou movida a esperança. Eu acho que o Brasil é fácil de ajustar. Já vimos várias vezes como somos capazes de sair de crises. A gente viu um governo acabar com a hiperinflação no Brasil, a gente viu um governo sem nenhuma credibilidade política, sem nenhum apoio, como o governo do **Temer**, ajustar a economia. O que falta fazer são mudanças estruturais na questão da produtividade, da inclusão, da diversidade, da mobilidade social e na agenda ambiental. Mas eu acho que isso está mudando, as pessoas estão mais conscientes dessa necessidade. Eu espero que após esse momento de paralisia do governo anterior, esses problemas estruturais sejam endereçados pelo governo atual e que a gente comece a pensar em um Brasil de longo prazo. Porque com uma boa qualidade de condução, a gente coloca esse país no futuro que ele merece.

O editor, Michael França, pede para que cada participante do espaço "Políticas e Justiça" da Folha sugira uma música aos leitores. Nesse texto, a escolhida por Elena Landau foi "Clube da Esquina nº 2", de "Milton Nascimento".

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/politicas-e-justica/2023/04/elena-landau-diz-que-maior-desafio-hoje-e-combater-a-questao-da-desigualdade-social.shtml>

Entenda como o governo Lula quer melhorar a arrecadação sem aumentar impostos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), declarou enquanto apresentava as regras do novo arcabouço fiscal que o novo governo pretende aumentar a arrecadação de **impostos** neste ano para criar espaço para gastos e investimentos em 2024. O ministro rechaçou, porém, que esse ganho extra se dará via aumento de **impostos**.

Não estamos pensando em volta da CPMF, em acabar com o Simples Nacional, em onerar folha de pagamento, disse ele, no dia 30.

Segundo Haddad, a ideia do governo é combater a sonegação e acabar com benefícios fiscais a pessoas e empresas já privilegiadas. Com isso, disse ele, o governo receberia até R\$ 150 bilhões a mais só neste ano.

O objetivo é aumentar a arrecadação cobrando daqueles que não pagam e deveriam pagar, explicou Marcelo Lettieri, diretor do Instituto Justiça Fiscal (IJF). O governo está focando na redução da evasão fiscal, da sonegação e dos privilégios tributários.

::Fim de isenções será chave para saúde e educação, diz Haddad ::

O governo ainda não enviou a proposta do novo arcabouço fiscal ao Congresso Nacional nem anunciou oficialmente todas suas propostas para aumento de arrecadação. Algumas delas, porém, já foram aventadas. Confira quais são as ideias:

Imposto de apostas esportivas: Haddad já se reuniu com empresas que administram sites de apostas esportivas para discutir a regulação e a taxação do setor. Hoje, essas empresas não pagam **impostos**, o que contraria as práticas internacionais. A estimativa do governo é receber até R\$ 15 bilhões em **impostos** sobre jogos em 2023.

Incentivo só para investimento: Haddad já disse que o governo deve editar uma medida provisória para corrigir uma suposta distorção que reduz a arrecadação da União em até R\$ 90 bilhões por ano. Segundo o ministro, empresas estariam recebendo incentivos fiscais para custeio de suas atividades corriqueiras, quando o incentivo deveria ser dado somente quando essas empresas estão realizando investimentos.

Combate à sonegação em compras online: o governo decidiu acabar com a isenção para encomendas postais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 250) vindas do exterior e enviadas de pessoa física para pessoa física. A medida visa a aumentar o controle sobre compras feitas em sites como o Aliexpress e a Shopee via lojas que fingem ser pessoas só para não pagar **impostos**. Com a medida, todos pagarão os 60% sobre as importações. A previsão do governo é arrecadar até R\$ 8 bilhões por ano com a mudança.

A ideia do governo é acabar com essa isenção porque os sites chineses (principalmente, mas não apenas) praticam fraude e se passam como se houvesse pessoas físicas enviando os produtos, explicou o Kleber Cabral, vice-presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional)**.

Para além dessas ideias, o governo já tomou algumas medidas para aumento de arrecadação em janeiro e no final de fevereiro.

Doze dias após o início do novo governo, Haddad anunciou um pacote de medidas para reequilibrar as contas públicas. A proposta incluiu uma mudança da base de cálculo dos créditos tributários do Pis/Cofins, um programa de incentivo à regularização tributária e uma mudança em regras de julgamentos do do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), dando preferência a decisões que favorecem à União.

Isso elevaria a arrecadação em mais de R\$ 100 bilhões.

::Governo anuncia medidas para tentar reduzir déficit em Orçamento deixado por Bolsonaro::

Já no final de fevereiro, o governo confirmou o fim da desoneração temporária da gasolina e do etanol concedida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) antes da eleição. A manutenção do desconto em **impostos** custaria R\$ 29 bilhões à União.

O desconto foi parcialmente revisto. Uma parte dele segue reduzindo os preços dos combustíveis. Para que o caixa da União não fosse prejudicado, um imposto temporário sobre a exportação de petróleo cru

foi criado .

Queremos recuperar as receitas que foram perdidas no processo eleitoral por razões demagógicas , explicou Haddad, na ocasião.

Isenções de Bolsonaro

Bolsonaro, além de desconto temporários em **impostos** sobre combustíveis, concedeu isenções fiscais, no mínimo, peculiares: para importação de jet skis, veleiros, dirigíveis, planadores e balões, visando fomentar o turismo .

As medidas não reduziram a carga tributária, conforme Bolsonaro havia prometido. De acordo com o Tesouro Nacional, em 2022, ela ficou em 33,71% do Produto Interno Bruto (**PIB**), um aumento de 0,65 pontos percentuais em relação a 2021 e 0,13 pontos percentuais acima do nível de 2018, quando ele venceu a eleição.

::Jet ski, veleiro, planador e dirigível: as isenções de Bolsonaro::

Segundo especialistas ouvidos pelo Brasil de Fato , essas isenções beneficiam, na verdade, poucos cidadãos ricos, os quais deixam de pagar os **impostos** que poderiam pagar.

Quem pode comprar um veleiro não pode pagar o imposto? Claro que pode. Quem pode comprar um jet ski não pode pagar imposto? Claro que pode , criticou Mauro Silva, presidente da Unafisco. Isso é mais um privilégio tributário para quem já tem muito.

Privilégios tributários

Cálculos da Unafisco estimam que o Brasil concedeu, só em 2022, R\$ 367 bilhões em privilégios tributários só na esfera federal, sem levar em conta estados e municípios.

Segundo o órgão, a característica essencial desses privilégios é não trazer, na prática, retorno em desenvolvimento econômico - geração de emprego e renda, por exemplo. Os privilégios não contribuem, assim, para a redução das desigualdades.

:: Arcabouço Fiscal: Haddad apresenta novas regras da Economia para substituir o Teto dos Gastos ::

Com esses recursos dos privilégios tributários, de acordo com a Unafisco, seria possível construir 23.743 escolas para 225 alunos cada ou 207.088 unidades básicas de saúde.

De acordo com a Unafisco, o principal privilégio

tributário em vigor no país é a isenção de **impostos** sobre lucros e dividendos. O órgão explica que a Constituição prevê a taxação desses pagamentos, mas o Brasil abre mão de R\$ 58,9 bilhões ao não fazê-lo.

O presidente Lula já disse que pretende taxar esse tipo de ganho. Nós precisamos fazer uma **reforma tributária** de verdade para que as pessoas mais ricas, para as pessoas que vivem de dividendos, para as pessoas que ganham mais dinheiro paguem mais Imposto de Renda, e as pessoas que ganham menos, paguem menos Imposto de Renda , afirmou, em entrevista à GloboNews, ainda em janeiro.

O governo já anunciou que vai aumentar a faixa de isenção do IR dos atuais R\$ 1.903,99 e R\$ 2.640 , o que beneficia os assalariados que ganham menos. Uma proposta de reforma completa do IR deve ser apresentada pelo governo ao Congresso no segundo semestre.

::Lula confirma salário mínimo de R\$ 1.320 e isenção de R\$ 2.640 no IR::

Por que arrecadar?

A proposta do novo arcabouço fiscal do governo prevê que as despesas passem a ser vinculadas à arrecadação. O gasto do governo poderia aumentar, no máximo, 70% do aumento da arrecadação com **impostos**.

::Tudo sobre o novo arcabouço fiscal em 25 perguntas e respostas::

Isso significa que, se a União receber R\$ 100 milhões em **impostos** a mais, poderá aumentar seus gastos em R\$ 70 milhões no ano seguinte.

Levando em conta essa regra, o governo precisará arrecadar mais para poder gastar mais em programas sociais e fazer investimentos. O novo arcabouço fiscal é totalmente centrado no crescimento das receitas tributárias governo federal. Ele depende de de mais arrecadação , explicou Lettieri, do IJF.

Edição: Thalita Pires

Notícias Relacionadas:

ÚLTIMA HORA NEWS - ARACAJU - SE

Entenda como o governo Lula quer melhorar a arrecadação sem aumentar **impostos**

Site:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/14/entenda-como-o-governo-lula-quer-melhorar-a-arrecadacao-sem-aumentar-impostos>

Por uma reforma tributária saudável, solidária e sustentável

Por *Carolina Mattar e Outros*

14/04/2023 05h01 Atualizado há 2 horas

Enquanto a **reforma tributária** volta ao centro da pauta em Brasília com a ascensão do novo governo, setores da sociedade civil unem esforços para que as discussões possam ir além da necessária simplificação do sistema tributário e levem em consideração o efeito da tributação sobre consumo, renda e patrimônio na qualidade de vida da população.

É notório que o impacto de atividades econômicas no meio ambiente recai diretamente na saúde da população, que depende em grande medida da água e do ar limpo, da produção de alimentos com real valor nutritivo e da preservação dos ecossistemas. Mas não basta gerar os incentivos adequados e corrigir as distorções atuais nos setores produtivos, para atender à demanda crescente e consciente por produtos saudáveis e sustentáveis. É preciso aumentar o poder de compra da população brasileira e fomentar o mercado interno com uma **reforma tributária** progressiva, capaz de reduzir desigualdades e, também, garantir o acesso das populações empobrecidas aos bens e serviços essenciais para o bem-estar.

As atividades produtivas, se capazes de gerar os chamados "empregos verdes", também atenderão ao anseio de jovens, fazendo do atual "bônus demográfico" do país, um ciclo virtuoso de transição da economia brasileira para a economia do futuro, uma economia de baixo carbono.

Um tributo federal sobre produtos nocivos à saúde traria nova fonte de receitas para o subfinanciado SUS

O manifesto por uma **Reforma Tributária 3S** - Saudável, Solidária e Sustentável, lançado na Câmara dos Deputados no dia 28 de março com a adesão de mais de 70 instituições, apresenta proposições para desestimular o consumo e a produção de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente e estabelecer um sistema progressivo de **impostos** sobre renda e patrimônio. As recomendações se sustentam na observação de experiências internacionais exitosas e poderiam ajudar a recolocar o país na rota do desenvolvimento, contribuindo para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável da ONU.

Entre as propostas apresentadas, destacamos, na área de saúde, a criação de um tributo federal específico sobre produtos nocivos, como tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados, a exemplo de refrigerantes, bolachas recheadas e macarrão instantâneo. No caso da alimentação, é preciso garantir não apenas o desestímulo aos ultraprocessados, como o incentivo aos alimentos saudáveis, em consonância com o que preconiza o Guia Alimentar para a População Brasileira, de modo a ampliar a oferta e a disponibilidade de alimentos saudáveis e sustentáveis para a população. Os recursos arrecadados com esses **tributos** deveriam ser vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo uma nova fonte de receitas para um sistema que vem sendo cronicamente subfinanciado.

Uma **reforma tributária** solidária precisa corrigir injustiças sociais. Atualmente, o impacto da carga tributária acaba sendo maior sobre as pessoas empobrecidas, especialmente negras e mulheres. Para reverter a situação, precisamos reduzir a parcela de **tributos** que incide sobre consumo e as folhas de pagamento e ampliar os **impostos** sobre renda e riqueza. Mesmo que não seja o foco da proposta atual, seria fundamental que pudéssemos avançar simultaneamente com uma proposta de caráter progressivo para combater as desigualdades.

Em relação à sustentabilidade da reforma, defendemos a inclusão da dimensão socioambiental no regime tributário, integrando os princípios da prevenção, do poluidor-pagador e do protetor-recebedor, bem como a adoção de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ecológico para estimular boas práticas em governança ambiental. Faz-se necessário também dispor de indicadores de biodiversidade, preservação de terras e territórios indígenas, comunidades quilombolas, unidades de conservação, saneamento, poluição e gestão de resíduos sólidos, assegurando tratamento diferenciado àqueles que contribuam com o clima e a sustentabilidade no Brasil com a criação de um Cadastro Nacional de Atividades Verdes - "CNAE Verde". A criação de um fundo de incentivo ao desenvolvimento regional para apoiar o combate às desigualdades sociais e regionais e a integração nacional por meio do fomento direto a atividades produtivas ou investimentos em

infraestrutura econômica sustentáveis é indispensável.

Para garantir o funcionamento de um sistema tributário mais justo, saudável, solidário e sustentável, apoiamos, ainda, a revisão de incentivos fiscais a setores econômicos cujos produtos são nocivos à saúde e ao meio ambiente, bem como a criação de uma legislação específica que amplie a transparência, a efetividade e a eficácia dos benefícios fiscais concedidos ao setor empresarial.

Com esse manifesto, apresentamos ao governo e ao Legislativo propostas que acreditamos estar à altura de nossos maiores desafios. Esperamos contribuir para um projeto que valoriza a vida, a justiça social e o planeta, que chamamos de **Reforma Tributária 3S**: Saudável, Solidária e Sustentável.

Carolina Mattar é formada em Relações Internacionais e coordenadora executiva do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS).

Katia Maia é socióloga e diretora executiva da Oxfam Brasil.

Marcello Fragano Baird é cientista político e coordenador de advocacy na ACT Promoção da Saúde.

Nathalie Beghin é economista do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Por uma **reforma tributária** saudável, solidária e sustentável

Site: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/por-uma-reforma-tributaria-saudavel-solidaria-e-sustentavel.ghtml>

Governo abre mão de R\$ 525 bi em impostos por ano; veja lista de isenções

Do UOL, em Brasília

O governo federal abre mão de arrecadar cerca de meio trilhão de reais por ano em **impostos**. As renúncias fiscais têm vários motivos: para executar políticas públicas (exemplo: ProUni), para socorrer ou fomentar setores, ou por pressão de categorias e empresas. O governo quer acabar com a parte dessas isenções que considera privilégios tributários, com benefícios para poucos.

A soma dessas renúncias fiscais (entre isenções, anistias e remissões, os chamados gastos tributários) é de R\$ 525 bilhões por ano, segundo nota técnica da Unafisco, a associação de auditores fiscais da **Receita Federal**. O estudo é o último disponível, e a entidade trabalha na finalização da edição de 2023.

Para elevar ou recompor gastos (turbinar programas sociais, reajustar salário mínimo, pagamento de servidores etc) e manter a dívida pública em nível sustentável, o governo Lula optou por seguir o caminho de aumentar as receitas. E pretende atuar em três frentes:

1) Recuperação de parte das isenções de **impostos**, garantidas por lei aprovadas no passado. São essas que somam meio trilhão. O governo não pretende recuperar todas essas isenções, pois muitas são consideradas importantes de serem mantidas. Mas quer rever a parte do que considera benefício para poucos, o que internamente a Fazenda chama de erosão fiscal. Haddad tem defendido acabar com os privilégios tributários concedidos a grandes empresas.

2) O governo também pretende taxar setores novos que, por serem novidade, ainda não são tributados (como o das apostas esportivas).

3) Combater irregularidades (como nas vendas de produtos chineses feitas por empresas que se passam por pessoas físicas para ter isenção).

Em entrevista à Band, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse o seguinte: Nós não vamos criar novos **tributos** e não vamos aumentar as alíquotas dos **tributos** existentes. Estamos falando de quem não paga. E hoje, infelizmente, quem não paga são as maiores empresas brasileiras. Quem não paga é quem colocou em uma medida provisória, em uma

lei ordinária, em uma lei complementar, o que no jargão chamamos de jabuti. Jabutis foram sugando a capacidade de investimento do Estado.

A tarefa não é fácil. Grande parte das medidas precisa ser aprovada pelo Congresso, onde a base é frágil e os interesses de grupos beneficiados é forte. O plano é fundamental para viabilizar a nova regra de gastos que a Fazenda entregará em breve ao Congresso.

Dos R\$ 525 bilhões levantados pela Unafisco, R\$ 158 bilhões são de isenções que trazem contrapartidas para a sociedade, segundo a avaliação da entidade. O governo nunca mencionou revê-las. Por exemplo, descontos para que pessoas com deficiência comprem carros, para o transporte escolar ou doações de bens para entidades filantrópicas.

Mas R\$ 367 bilhões são considerados pela Unafisco como privilégios tributários, que não trazem retorno para a sociedade, apenas beneficiam grupos que não precisam de incentivos, gerando distorções. Os dez maiores privilégios tributários, segundo a Unafisco, somam R\$ 284 bilhões, e são estes abaixo:

Dentre os que são considerados privilégios pelos auditores fiscais, o governo já disse que não irá mexer em quatro, no Simples Nacional, na Zona Franca de Manaus, na desoneração da cesta básica e nas Santas Casas (entidades filantrópicas).

Já sinalizou que deve mexer na distribuição de lucros e dividendos, na segunda fase da **reforma tributária**, e na desoneração da folha de pagamentos, também no segundo semestre.

O governo não é claro sobre o imposto de grandes fortunas. Defende programas como Refis e incentivos ao setor da informática e automação -por isso, não deve mexer neles. Sinaliza que há problemas na exportação da produção rural, como vou apontar abaixo.

Além dos privilégios apontados pela Unafisco na nota técnica do ano passado, a equipe do ministro Fernando Haddad mapeou outros benefícios considerados indevidos. Em alguns, há indícios de crime, em outros ausência de leis ou regulamentação:

Outras possíveis fontes de receita para o governo

ainda discutidas de forma discreta são:

Esses dois últimos pontos devem entrar na discussão da tributação sobre a renda na segunda fase da **reforma tributária**.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2023/04/14/governo-abre-mao-de-impostos-e-conta-soma-r-525-biano-veja-quais-sao.htm>

Análise: Lula é audacioso ao desdolarizar o comércio com a China

Luiz Carlos Azedo

Por que um banco como o Brics não pode ter uma moeda que pode financiar a relação comercial entre Brasil e China, entre Brasil e outros países do Brics? É difícil, porque tem gente mal-acostumada, porque todo mundo depende de uma única moeda. Eu acho que o século 21 pode mexer com a nossa cabeça e pode nos ajudar, quem sabe, a fazer as coisas diferentes, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, em Xangai, durante a cerimônia de posse da ex-presidente Dilma Rousseff no Novo Banco de Desenvolvimento, instituição dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Dilma merece um parêntesis. Está sendo reabilitada pelo presidente Lula, depois do ostracismo em que viveu após o seu impeachment e a derrota eleitoral em 2018, quando concorreu ao Senado por Minas Gerais. Como se sabe, a presidenta, como gostava de ser chamada, foi destituída do cargo pelo Congresso, por causa das chamadas pedaladas fiscais, depois de uma sucessão de erros na condução da economia e uma tumultuada relação com o Congresso, principalmente depois da eleição do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ) à Presidência da Câmara.

A recessão, o desemprego e a onda de manifestações contra o governo a partir de 2013 não impediram a reeleição de Dilma em 2014, mas desaguaram no seu impeachment, em 2016. No julgamento pelo Senado, perdeu o mandato presidencial, mas manteve os direitos políticos. Após a derrota de 2018, Dilma foi escanteada pelo PT, no entanto voltou à cena política durante a campanha de Lula, que adotou a narrativa de que o impeachment fora um golpe de Estado.

Pode-se até considerá-lo um erro, pelo fato de o governo Michel **Temer**, que a sucedeu, ter desaguado na eleição de Jair Bolsonaro, porém, institucionalmente, Dilma foi apeada do poder num processo político legítimo, constitucional, cujo julgamento foi presidido pelo ministro Ricardo Lewandowski, que acaba de antecipar sua saída do Supremo Tribunal Federal (STF), que presidia à época. Ao adotar a narrativa do golpe, Lula resgata lealdade com Dilma; ao mesmo tempo, ao mandá-la para a China, descola a ex-presidente de sua administração. Tudo o que Lula não quer é ser comparado com a ex-presidente, principalmente

quando se fala da economia.

Entretanto, esse tipo de comparação vem sendo frequente, por causa da forma como Lula está tratando alguns temas econômicos, como as privatizações e a política de preços e investimentos da Petrobras. Na realidade, entretanto, há coisas alvissareiras, apesar das previsões niilistas. O termo foi cunhado em razão da obra de Friedrich Nietzsche. Significa negação, declínio ou recusa de crenças e convicções, e seus respectivos valores morais, estéticos ou políticos, que ofereçam um sentido positivo para a vida.

Poder de troca

Os números recentes da economia surpreendem. A **inflação** está caindo nos Estados Unidos e no Brasil. O IPCA ficou abaixo de 5% no acumulado de 12 meses, apesar do imposto sobre a gasolina. Era quase 12% em junho do ano passado. O dólar, ontem, fechou em R\$ 4,92, o que tende a reduzir a taxa de **inflação** e, conseqüentemente, a taxa de juros, que hoje está em 13,75% (Selic). Mantida essa tendência, o pior já passou. Com a aprovação do novo arcabouço fiscal, que foi bem recebido pelo mercado, e da **reforma tributária**, cujo impacto no **PIB** pode chegar a 10%, o governo Lula 3 poderá realmente mostrar a que veio.

Lula deve se encontrar ainda hoje com o presidente Xi Jinping. É possível que anunciem a desdolarização do comércio com a China e demais integrantes dos Brics. Não é uma proposta que agrade aos Estados Unidos, por motivos óbvios, mas ela pode ocorrer sem ruptura da institucionalidade do sistema financeiro mundial. Como? Graças ao banco presidido por Dilma Rousseff, que pode adotar um sistema de compensação para o comércio entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul lastreado no yuan chinês. Para se ter uma ideia do impacto dessa mudança, R\$ 1 equivalente a Y\$ 1,39.

No discurso de Xangai, Lula hipotecou solidariedade à Argentina, que aderiu à Rota da Seda, mas desistiu de desdolarizar o comércio com a China, depois das pressões dos Estados Unidos. O país vizinho está falido, cometeu muitos erros na condução de sua economia, tendo esgotado sua capacidade de negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no acordo firmado em 2018, o 21º com a

instituição. A dívida argentina é de US\$ 366 bilhões, dos quais US\$ 170 bilhões (ou 46,4% do total) em moeda estrangeira. Não à toa R\$ 1 equivale a PA\$ 43,55. A cartada de Lula é incluir a Argentina nos Brics e revitalizar o Mercosul, cujo mercado é vital para as nossas indústrias.

A disputa comercial entre os Estados Unidos e a China abre a possibilidade de o Brasil atrair investimentos desses dois países e da União Europeia, porque as cadeias de produção globais começam uma parcial regionalização. Ao mesmo tempo, a institucionalidade financeira e comercial do Ocidente está sendo utilizada contra Rússia, o que acaba fortalecendo o yuan como moeda com poder de troca no chamado Sul Austral . A manobra do Brasil, ao desdolarizar o comércio com a China, é arriscada, mas não carece do sentido de oportunidade. Tudo dependerá dos termos institucionais em que isso ocorrer.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5087307-analise-lula-e-audacioso-ao-desdolarizar-o-comercio-com-a-china.html>

A alegria do menino da favela

Durante uma conversa com repórteres nesta quinta-feira, já na China, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, brincou:

- O único portal que conheço é a Amazon, porque compro todo dia um livro pelo menos.

Estava explicando que nunca ouvira falar da Shein, uma das plataformas de e-commerce chinesas que serão fiscalizadas com mais rigor pela **Receita Federal**. A frase do ministro explica muito.

Haddad pode não ter ideia do que é a Shein, mas a classe média baixa brasileira a conhece muito bem. Ela, a também chinesa Aliexpress e a Shopee, de Cingapura. Estas três varejistas entraram no cotidiano do país durante a pandemia, pouco depois de o dólar disparar. No início da década passada, era factível comprar em lojas como Amazon e importar produtos que não há por aqui sem ter de viajar para o exterior. Claro, havia o imposto alto - 60% é muito -, mas o real tinha força. Pós-Dilma e Bolsonaro, não tem mais.

As duas chinesas e a cingapurense resolveram isso. A produção industrial do Oriente é vasta e os preços muito baixos. Dá para comprar tênis coloridos a menos de R\$ 100, roupa de toda sorte a menos de R\$ 50, celulares reluzentes que não existem no mercado daqui por uma fração do preço. No momento em que o Brasil estava indo em peso para o e-commerce por causa da pandemia, o país descobriu as três lojas e as adotou como suas. As periferias das grandes cidades, em particular, se encheram de produtos de consumo como não viam desde os tempos de Lula 1 para 2.

Pois é - o preço chinês cabe na carteira, principalmente, da classe média baixa. Haddad pode se dar ao luxo de não conhecer as lojas por isso. A diferença é para quem vê distância intransponível entre R\$ 100 e R\$ 500 na hora de comprar um tênis.

Isso não quer dizer que a decisão esteja incorreta - não está. O ministério está certo. Não podem as lojas brasileiras pagar um tipo de imposto e as asiáticas ter isenção porque driblam a **Receita Federal**. Até porque o Estado precisa fazer caixa. Só que, ao mesmo tempo, as chinesas revelam ao brasileiro médio algo que ele em geral não percebe. O Brasil é um país muito caro. O brasileiro paga mais que o europeu ou o americano por seu celular, por seu computador, por seu tênis, por sua camiseta... É mais pobre e, no entanto, paga mais.

A **reforma tributária** poderá sanar um quê disso, mas não resolverá o celular e o tênis. A lógica política brasileira há mais de meio século pende para a ideia de tributar muito o que vem de fora, na esperança de que a indústria local se torne competitiva com políticas que nunca funcionam. O resultado prático é que o rico tem direito a consumir e, o pobre que se lasque.

Que o governo não se engane: a medida é correta, porém antipática. E pune, em particular, o brasileiro da periferia urbana, justamente aquele eleitor que pendeu entre Bolsonaro e Lula. Justamente aquelas eleitoras que votaram em Lula duas vezes, em Dilma outras duas, migraram para Bolsonaro em 2018, mas, com olho na economia, voltaram para Lula no ano passado. Esse núcleo, as mulheres da periferia, é o eleitorado que garantiu a eleição do presidente.

Por isso mesmo a comunicação deveria ter sido muito mais cuidadosa do que foi. Pareceu que haveria imposto novo - não é o caso. De dentro do avião, a primeira-dama Janja Lula da Silva disparou um tuíte confuso fazendo parecer que não haveria mudança. Havia. O secretário executivo Gabriel Galípolo está dando entrevistas desde então para explicar direito o que acontece. E ele explica muito bem.

A medida é correta. Mas o governo parece alienado. Não se tocou de que mexia com o tênis que é a alegria do menino da favela.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
A alegria do menino da favela
O GLOBO - RJ
A alegria do menino da favela

Site: <https://oglobo.globo.com/opiniao/pedro-doria/coluna/2023/04/a-alegria-do-menino-da-favela.ghtml>

Relator da reforma tributária diz que é preciso respeitar contratos e manter Zona Franca de Manaus até 2073

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara, afirmou nesta quarta-feira (12) que é preciso respeitar contratos e, por isso, defendeu a manutenção da Zona Franca de Manaus (ZFM) até 2073. Só para este ano, a renúncia de **impostos** na área deve passar de R\$ 30 bilhões.

"Vamos ter que respeitar o que foi contratado nos últimos anos. A Zona Franca de Manaus foi contratada até 2073. Em 2013, ela foi votada, dez anos antes de vencer a Zona Franca de Manaus. Se renovou por mais 50 anos, chegando a 2073", declarou Ribeiro.

Em evento promovido pelo jornal "Correio Braziliense", o deputado lembrou que foi uma decisão política do Congresso Nacional que prorrogou os benefícios da região. Segundo o deputado, porém isso não impede que sejam discutidos "modelos mais atualizados" de desenvolvimento regional.

Ribeiro será responsável por apresentar um relatório para votação da **reforma tributária** sobre o consumo, envolvendo a extinção de, ao menos, cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) e a substituição deles por um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), nos moldes do que acontece nas economias mais desenvolvidas.

Também será criado um imposto seletivo sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

A forma de manutenção desse benefício para a Zona Franca de Manaus, porém, ainda não está clara. Pois, com o fim do IPI e sua substituição por um imposto sobre valor agregado, forma como o atual subsídio à região é concedido fica oficialmente extinta.

Na formulação do relatório, o deputado levará em consideração duas propostas que tramitam no Congresso Nacional:

PEC 45 - IVA Único para União, estados e municípios, mais um imposto seletivo (sobre produtos nocivos).

PEC 110 - IVA Dual, ou seja, um imposto para estados e municípios, além de outro para o governo federal e, também, um imposto seletivo (sobre produtos

nocivos).

Site:

<https://agazetadoamapa.com.br/arquivos/assinaturas/817/Jornal-A-Gazeta-14.04-2023.pdf>

Alckmin e Unecs se reúnem para tratar de Reforma Tributária - CAPITAL S/A



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Divulgação



Minervino Júnior/CB/D.A.Pres:



SAMANTA SALLUM

O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e do Instituto UNECS (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços), João Galassi, e o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), José César da Costa, participaram, ontem, de reunião com o presidente em exercício e Ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. Dentre os temas debatidos, a **Reforma Tributária**. O setor de comércio e serviços defende a simplificação e alíquotas múltiplas "coerentes com as diversas realidades e, sobretudo, com redução no caso de alimentos essenciais à população."

Presenças

A agenda contou também com a presença do presidente da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS) no Senado, o senador Efraim Filho (UNIÃO-PB); dos deputados federais Domingos Sávio (PL-MG), Zé Neto (PT-BA) e Luiz Gastão (PSD-CE); e do senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

Alimentos essenciais

Alckmin - que quando governador de São Paulo reduziu **impostos** e zerou o imposto de itens da cesta básica, como do arroz e do feijão - se disse favorável à proposta de imposto único com múltiplas alíquotas,

com olhar especial para os alimentos essenciais.

Fórum do Comércio

Ainda durante o encontro, José César da Costa convidou Geraldo Alckmin para participar do VI Fórum Nacional do Comércio, que será realizado em 24 e 25 de outubro, em Brasília.

IBGE aponta destaque de bares e restaurantes na geração de empregos

Saldo do setor no último trimestre é o maior entre todos os analisados, segundo o IBGE. Resultado ainda reflete contratações de dezembro. Assim, bares e restaurantes continuam puxando a criação de empregos no Brasil, apesar de acumular dívidas ainda da pandemia.

O resultado mostra a resiliência e o otimismo do setor, além de sua capacidade de movimentar a economia, gerando mais vagas que todos os outros segmentos em termos percentuais, mesmo em um momento de incerteza"

Paulo Solmucci, presidente da Abrasel

Advogadas de Brasília se destacam em ranking nacional

Um grupo de 25 advogadas de Brasília foram destacadas pelo ranking Análise Advocacia Mulher 2023. O primeiro lugar, citado como Escritório Especializado mais lembrado do Distrito Federal, é a Advocacia Fernanda Hernandez.

Comandado pela tributarista Fernanda Hernandez, o escritório foi fundado em 1990 e é reconhecido pela atuação nos tribunais superiores, em especial STF e STJ. Trabalha para setores como agro, financeiro, indústria e imobiliário nas áreas do direito civil, tributário, constitucional e administrativo.

Estreia

A advogada especialista em direito previdenciário, Thais Riedel Zuba, estreou no ranking que listou cerca de 1.200 profissionais mais admiradas por executivos jurídicos e financeiros. O objetivo da premiação é reconhecer o papel das advogadas na construção de um judiciário e de uma sociedade mais igualitária.

Na lista

Estão também na lista Beatriz Donaire (Caputo, Bastos Advogados) e Laura Schertel Ferreira Mendes, professora do IDP e filha do ministro Gilmar Mendes. Esta é terceira edição do ranking feito pela Análise

Editorial, que utilizou dados coletados entre junho e setembro de 2022.

Selo Mão Amiga para empresas

A Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa aprovou o projeto de lei, de autoria da deputada Paula Belmonte (Cidadania), que cria o selo "Mão Amiga", certificado que será oferecido para empresas que contratarem jovens que já prestaram o serviço militar obrigatório.

"O objetivo do projeto é estimular o empreendedorismo e o setor produtivo, a partir da inserção dos egressos das Forças Armadas no mercado de trabalho. Na proposta, os estabelecimentos certificados serão beneficiados por programas fiscais específicos. Recebi a demanda de famílias de jovens mais vulneráveis que fizeram o serviço militar e depois saíram sem perspectivas" , explica a parlamentar.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/14/all.pdf>

Desoneração da folha deve ser prorrogada até reforma sair, diz Tebet

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse nesta quinta-feira (13) que a desoneração da folha de pagamento que beneficia atualmente 17 setores da economia deve ser mantida em vigor até que o país aprove uma reforma da tributação do emprego.

Segundo Tebet, essa seria a terceira etapa da **reforma tributária** do governo, que começará lidando com a taxa de consumo e, depois, da renda.

"Acredito que, enquanto a reforma sobre o emprego não vier, não vai haver reoneração desses 17 setores que estão desonerados em relação à folha em razão da quantidade de empregos que geram", disse Tebet durante evento promovido pela Prefeitura de Araraquara (SP).

"Por tudo o que eu conheço, haveria uma prorrogação até a reforma sobre o trabalho acontecer no Brasil", acrescentou a ministra, ressaltando que a decisão dependerá também do Ministério da Fazenda e da Casa Civil.

|

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50246&maxTouch=0&_ga=2.153559800.154012437.1681189877-1380897342.1635735907

Prefeitos querem aprovação este ano da Reforma Tributária

O prefeito de Campos Verdes, Haroldo Naves, presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM) e vice-presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) afirmou esperar que seja aprovado, pelo Congresso Nacional, ainda este ano, o projeto de **Reforma Tributária**.

"Esta discussão ocorre a anos, e há duas PECs que tramitam no Congresso Nacional, a PEC 45 e a PEC 110, ambas passaram em uma das casas, com características diferentes e pontos de consenso. Tratam de mudanças nos **impostos** sobre consumo, em que o sistema é mais regressivo, ou seja: os pobres pagam mais **impostos** que os ricos" O líder municipalista lembra que o ano de 2023 se iniciou com a notícia de que a prioridade para o Governo Federal é a aprovação da **Reforma Tributária** e que foi criado uma equipe de experientes economistas pelo Ministério da Fazenda para apresentar um texto palatável ao Congresso Nacional.

Haroldo Naves sustenta que pode-se definir que a proposta de unificação dos **tributos** em dois **impostos**, do tipo IVA (Imposto Sobre Valor Agregado), um federal, outro subnacional, reunindo Estados e Municípios, tem apoio de parte do movimento municipalista.

O presidente ressalta ponto favorável advindo da **Reforma Tributária**: melhora a economia do País, simplifica o sistema tributário e reduz a agressividade na taxação de **impostos**.

"Isso ocorre, porque há a intenção de uma carga tributária mais uniforme em relação à atual, sem diferenças significativas em tratamento a serviços e em relação às mercadorias!"

O prefeito destaca ser benéfico à maioria dos municípios, pois destina a arrecadação ao local onde vive o cidadão que paga os **impostos**, característica utilizada na maioria dos países com economia desenvolvida.

"Destaca-se, que esta proposta promove uma transição gradual e longa, não afetando, de início, a perda de receita de entes federados!"

Simulações de economistas e especialistas em dados fiscais dos municípios, adianta Naves, sobre as novas

regras de distribuição, a partir de análise sobre os atuais ISS e ICMS, "favoreceria não apenas os pequenos, como 63% dos médios e grandes municípios, com população superior a 80 mil habitantes!"

"Na prática, está sendo discutida a fusão do ISS com o ICMS, com alíquota municipal e estadual calibradas, mantendo a carga tributária estável!"

O presidente da FGM aponta que estudos indicam que os Estados ficariam com 15%, e Municípios com 2%, após esse período cada um podendo fixar os índices, conforme a necessidade.

"Os municípios, além dos 2%, poderão arrecadar sobre o consumo em seu território, através do IBS estadual, exatamente como ocorre hoje com o ICMS. O critério deixa de ser o VAF (Valor Adicionado), e passa a ser a população, com peso de 60%.

Haroldo Naves frisa que o país não pode continuar com essa "concentração absurda, de receitas em poucas cidades, guerra fiscal, e confisco de **impostos** pagos por cidadãos de outros municípios!" É justificativa: "Dados do Tesouro Nacional mostram que os municípios arrecadaram, em 2022, cerca de R\$ 100 bilhões de reais, mas 45% dessas receitas, ficaram com apenas 10 cidades, que possuem apenas 14% da população. São desequilíbrios visíveis, verticais e horizontais no atual sistema tributário no Brasil!"

O prefeito destaca que a **Reforma Tributária** pode "simplificar o sistema, diminuir a evasão e a sonegação de **impostos**, com aumento na arrecadação, e que possa, depois, partir para uma segunda etapa: a tributação sobre a renda e o patrimônio!" Haroldo Naves: Brasil espera aprovação da **Reforma Tributária**

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230414&p=1>

Supermercados levam pedido a Alckmin para cortar tributo de alimento

Por Joana Cunha, Folhapress - São Paulo

Por Joana Cunha, Folhapress - São Paulo

13/04/2023 22h11 Atualizado há 34 minutos

João Galassi, presidente da Abras (associação dos supermercados), se reuniu com o vice-presidente Geraldo Alckmin nesta quinta-feira (13) para levar o pedido de tratamento diferenciado na tributação de alimentos básicos, pleito do setor nas discussões da **reforma tributária**.

"Quando governador de São Paulo, Alckmin reduziu **impostos** e zerou o imposto de itens da cesta básica, como arroz e feijão. Hoje, durante o nosso encontro, ele se disse favorável ao modelo de imposto único com múltiplas alíquotas, inclusive reforçando que é necessária a alíquota zero para alimentos básicos", afirma Galassi, que também é presidente da Unecs (entidade que reúne representantes do comércio e dos serviços).

Além de Galassi, participaram da reunião o presidente da CNDL (confederação de dirigentes lojistas), José Cesar da Costa, e deputados e senadores da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços.

Notícias Relacionadas:

FOLHA ONLINE - SP

Supermercados levam pedido a Alckmin para cortar tributo de alimento

Site:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/04/13/supermercados-levam-pedido-a-alckmin-para-cortar-tributo-de-alimento.ghtml>

Estudo identifica distorções em impostos que incidem na cesta básica

Publicado em 13/04/2023 - 17:46

Por Alana

Gandra -- Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

Estudo feito pelos economistas Arnaldo de Campos e Edna Carmelio, em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a ACT Promoção da Saúde, identificou uma série de distorções em **impostos** incidentes sobre a cesta básica do brasileiro. A pesquisa envolveu tanto **tributos** federais quanto estaduais.

O estudo analisou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Distrito Federal, do Paraná, de São Paulo, da Bahia e do Amazonas e, no âmbito federal, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além das tributações do PIS/Cofins (Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social**).

"Os estados têm uma regra guarda-chuva que vem do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que tem dois principais convênios específicos sobre cestas básicas", disse à Agência Brasil o economista Arnaldo de Campos. "São regras gerais que autorizam estados e municípios a isentar ou a reduzir alíquotas [de itens] da cesta básica."

O Confaz estabelece diretrizes gerais, mas cada estado, quando adere ao convênio, faz uma lista e define o que entra na isenção e na redução de imposto. De acordo com Campos, a maioria é de alimentos de interesse da cesta básica. "Mas encontram-se também alimentos ultraprocessados. Em alguns estados, encontram-se carne enlatada, salsicha, macarrão instantâneo e bebida láctea que, não necessariamente, deviam estar usufruindo de benefícios fiscais."

Arnaldo de Campos argumentou que, muitas vezes, produtos que são importantes para pessoas com restrições alimentares, como farinha de aveia ou farinha de arroz, para quem tem intolerância ao trigo, têm alíquotas mais altas e são considerados "alimentos de rico". O economista lamentou que produtos da biodiversidade, que são alimentos regionais, não façam parte da cesta básica. "Há vários tipos de distorções: tem benefício para miojo e não tem para esse tipo de alimento que, para muita gente, é básico."

O estudo constatou diferenças principalmente na lista de produtos e nas alíquotas. O Amazonas aderiu a um dos convênios que incluem redução do imposto. "Mas é a menor redução. O Amazonas hoje tem a maior carga tributária em cima da cesta básica", afirmam os economistas. Alguns itens, caso venham de outros estados onde não haja produção local, como o feijão, caem em uma regra geral de maior alíquota. Outros estados, como o Paraná, já ensaiam alguns itens na cesta básica, como a farinha de aveia. "Tem um pouco mais de preocupação de diversificar e ampliar a lista."

Em São Paulo, a regulamentação do ICMS concede isenção tributária para produtos como margarina e creme vegetal, apresentados, biscoitos e bolachas, além de linguiças, salsichas e mortadelas, por considerá-los "essenciais", de acordo com a legislação brasileira.

Arnaldo de Campos sugere mudanças na cesta básica, com atualização dos alimentos que a compõem, porque "tem pouca orientação e dá muita liberdade para o estado aplicar como deseja". A ideia é ter uma cesta que mantenha a questão do alimento básico e saudável e inclua hortifrutigranjeiros in natura, ou minimamente processados, que hoje têm convênio separado, além de produtos regionais da biodiversidade, com mais variações para que possam ser enquadrados também.

Além disso, os economistas propõem que a **reforma tributária** que está em discussão tenha uma categoria de alíquota específica para a cesta básica. "A cesta básica tem que ter um tratamento tributário diferenciado", afirmou Arnaldo de Campos.

A nutricionista Janine Giuberti Coutinho, coordenadora do programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Idec, destacou que a incorporação paulatina de ultraprocessados na cesta básica ao longo dos anos tem prejudicado a saúde da população brasileira. Estudos científicos associam a ingestão desses produtos ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como câncer, diabetes, hipertensão e problemas cardiovasculares. Em pesquisa recente, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) diz que o consumo de ultraprocessados está diretamente relacionado a 57 mil mortes de brasileiros por ano. "Mortes prematuras", ressaltou Janine, em entrevista à Agência Brasil.

De acordo com Janine, o problema foi levado ao governo de transição e está sendo discutido agora com o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias. "Estamos em conversa com a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional para proposição de uma nova cesta básica, retirando os itens ultraprocessados do rol de alimentos básicos acessíveis para a população brasileira."

Para a economista, o assunto precisa ser articulado também com o Ministério da Saúde. O Idec e a ACT Promoção da Saúde pretendem levar o tema para discussão nos conselhos nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e de Saúde (CNS) e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A sociedade brasileira precisa saber que existem distorções na cesta básica e que há isenção de **tributos** em produtos que fazem mal para a saúde, disse Janine. "É preciso trazer essas informações para a sociedade brasileira e a discussão para fóruns importantes de modo que a política da cesta básica seja alinhada à alimentação saudável e sirva de base ao Guia Alimentar para a População Brasileira".

Janine afirmou que não faz sentido haver isenção de **impostos** para produtos nos quais há evidências de risco para a saúde. Com a nova regra, a ideia é que os produtos in natura ou minimamente processados sejam o carro-chefe dos itens considerados essenciais na dieta brasileira.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/estudo-identifica-distorcoes-em-impostos-que-incidem-na-cesta-basica>

Tebet diz que, com arcabouço fiscal, governo vai arrumar a casa : Aí sim nós vamos cobrar que os juros de 13,75% caiam

Por *Jéssica Sant Ana, g1 - Brasília*

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou nesta quinta-feira (13) que, com o novo arcabouço fiscal proposto pela equipe econômica, o governo vai arrumar a casa, mostrar que é bom pagador e aí sim vão cobrar que a taxa básica de juros, a Selic, que está em 13,75% ao ano, caia.

É este arcabouço que vai ser apresentado semana que vem, essa é a bala de prata, arrumamos a casa, mostramos que somos bons pagadores, mostramos que estamos fazendo o dever de casa e vamos cobrar, aí sim nós vamos cobrar que os juros de 13,75% caiam, afirmou a ministra durante evento promovido pela Prefeitura e Câmara Municipal de Araraquara (SP).

Segundo Tebet, o setor produtivo não consegue mais pegar dinheiro [emprestado] para abrir uma porta, gerar emprego e renda para população brasileira devido aos juros altos.

Ela afirmou, ainda, que o arcabouço fiscal vai mostrar que é possível sim zerar o déficit fiscal ano que vem sem tirar dinheiro, sem comprometer os gastos com social.

LEIA TAMBÉM:

O novo arcabouço fiscal foi apresentado pelo governo no fim de março, mas ainda não foi protocolado no Congresso. A previsão é que isso aconteça na próxima segunda-feira (17).

Em linhas gerais, a proposta prevê que as despesas da União poderão crescer até 70% da variação da receita. Esse crescimento, contudo, estará limitado a avanço real (limitado à **inflação**) de 0,6% ao ano a 2,5% ao ano. É o piso e o teto de crescimento.

A proposta, se aprovada, vai substituir o teto de gastos, que limita o crescimento da maior parte das despesas da União à **inflação**.

Ao ser questionada sobre os **impostos** que incidem sobre a folha de pagamentos, a ministra disse que

será uma terceira etapa da **reforma tributária**.

A ideia do governo é, após aprovação da reforma sobre os **impostos** do consumo, trabalhar sobre a renda e sobre o emprego.

Segundo a ministra, enquanto a reforma sobre emprego não for aprovada, os 17 setores da economia que hoje são desonerados permanecerão assim.

Ela disse que a tendência, enquanto não houver a aprovação da reforma sobre a folha, é que a desoneração aos 17 setores seja prorrogada, se precisar.

Por tudo que eu conheço, haveria uma prorrogação até a reforma sobre o trabalho acontecer no Brasil. E não vai demorar, a ideia é logo após a reforma sobre o consumo ser aprovada, a gente já começar a trabalhar nas outras duas reformas [da renda e da folha].

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/13/tebet-diz-que-com-arcabouco-fiscal-governo-vai-arrumar-a-casa-ai-sim-nos-vamos-cobrar-que-os-juros-de-1375percent-caiam.ghtml>

Tebet: A reforma tributária é a salvação da lavoura para Brasil crescer

Brasília, 13

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, repetiu nesta quinta-feira, 13, que a **reforma tributária** é a única bala de prata para salvar o Brasil.

A **reforma tributária** é a salvação da lavoura, se queremos crescer e termos crescimento duradouro, com geração de emprego e renda para as pessoas. Há mais de duas décadas só crescemos em média 1,5% (por ano) , afirmou, em aula magna aos alunos de graduação na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, em Araraquara.

Segundo a ministra, a **reforma tributária** permitirá a reindustrialização de Estados como São Paulo, além de aportes para o Norte e Nordeste por meio de um fundo de desenvolvimento regional. O Brasil não se sustenta porque não tem uma educação de qualidade e um trabalhador produtivo. Mas não cresce também porque o nosso sistema tributário é caótico, coisa de manicômio , completou.

Em palestra sobre sua trajetória política, a ministra disse aos estudantes que o Brasil voltou a planejar no atual governo e afirmou que os parceiros internacionais e comerciais estavam com saudades do País. Vamos conseguir captar muito financiamento ao fazer um único dever de casa: cuidar das nossas florestas. O mundo só quer isso , concluiu.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/13/tebet-a-reforma-tributaria-e-a-salvacao-da-lavoura-para-brasil-crescer.htm>

Governo precisa melhorar engrenagem política para votar arcabouço, diz Lira

Victoria Azevedo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira (13) que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa "melhorar a sua engrenagem política" para conseguir a votação de temas econômicos, caso do novo arcabouço fiscal.

"O governo precisa, sim, melhorar a sua engrenagem política. Fazer com que as coisas andem, para que a sua base esteja azeitada não só para a votação simplesmente do arcabouço, mas para os temas posteriores que serão necessários para a manutenção de um arcabouço que atenda as demandas necessárias de crescimento do nosso país, que atenda as necessidades de uma votação da **reforma tributária** que todo mundo quer, mas que quando chegar vai dar muito trabalho para costurar", afirmou Lira em entrevista à GloboNews.

O parlamentar afirmou ainda que há uma expectativa que o texto do arcabouço chegue à Câmara ainda nesta semana -e disse que trabalha com um prazo de 15 dias, após a chegada dele ao parlamento, para votar a matéria no plenário da Casa.

Em seguida, disse que pretende votar a **reforma tributária** ainda no primeiro semestre. "Estamos esperançosos de votar a **reforma tributária** possível. Ou uma mais ampla com um prazo maior de validade, com um delay de atuação mais longo, com transição, ou uma possível com efeito mais imediato."

Ele ainda destacou a atuação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com disposição de diálogo com os parlamentares.

Lira também afirmou que o recém-formado bloco na Câmara com 173 deputados não foi criado para fazer oposição ou chantagem ao Executivo. "Não é para fazer oposição ao governo, não é para fazer chantagem. A Câmara não tem criado qualquer dificuldade para o governo."

O presidente ressaltou que ele é "cumpridor de acordos" e que poderia ter ganhado sua reeleição sem a ajuda do PT.

"Mas eu aceitei o apoio do PT. Não farei nenhum movimento para atrapalhar a governabilidade do meu

país. Sou parceiro para ajudar os projetos importantes para o país. Estamos apoiando o arcabouço fiscal, estamos ao lado do ministro Haddad, conversando diariamente com o secretário-executivo [Gabriel] Galípolo. O que é questionado dentro do partido do governo, não nos partidos aliados."

O parlamentar conseguiu atrair partidos de centro, de direita e da base do governo para formar um bloco com 173 deputados -tornando-se a maior força da Casa.

O grupo é formado por PP, União Brasil, PSDB-Cidadania, Solidariedade, Patriota e Avante, além das legendas de esquerda PDT e PSB. A aliança foi oficializada na quarta (12).

Na entrevista nesta quinta, o presidente da Casa negou que esse movimento foi uma reação à criação anterior de um bloco que rachou o centrão e uniu Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC, com 142 parlamentares -e que reduziu o poder de Lira.

Disse ainda que esse movimento é para suprir questões internas da Casa e não está relacionada com a disputa de sua sucessão na presidência da Casa em 2025. "O nome que for posto agora, ele está morto em dois meses. Não é inteligente, conveniente nem é sábio fazer esse tipo de alegação, porque vai fritar nomes importantes no cenário político."

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/governo-precisa-melhorar-engrenagem-politica-para-votar-arcabouco-diz-lira.shtml>

Alckmin pede apoio à reforma tributária



Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/13/TVSBTDF-12.26.21-12.28.18-1681410220.mp4>

Manhã no mercado: Ativos devem reagir a EUA e China; arcabouço e reforma tributária seguem no radar

Por Augusto Decker, Valor - São Paulo

Após a **inflação** ao consumidor abaixo das expectativas nos Estados Unidos ajudar os ativos brasileiros no pregão de ontem, hoje os olhares continuam sobre os dados internacionais. Um dos destaques do dia é o índice de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês) americano. Caso o dado seja considerado positivo por agentes econômicos, como o CPI de ontem, o efeito no câmbio pode continuar a ser sentido. Ontem, a **inflação** ao consumidor voltou a despertar mais expectativas de que uma alta de 0,25 ponto porcentual pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) pode ser a última do atual ciclo.

Às 9h30 (de Brasília), no mesmo horário que o PPI, os EUA divulgam os pedidos de seguro-desemprego requeridos na semana até 8 de abril. Assim como a **inflação**, o mercado de trabalho americano é observado por agentes econômicos que tentam traçar os próximos passos do Fed - principalmente após o payroll, divulgado na semana passada, mostrar sinais de resiliência para o mercado de trabalho do país.

Um dado que já tende a ajudar os ativos locais é a exportação da China, que subiu 14,8% em março, enquanto a mediana das expectativas de economistas consultados pelo "The Wall Street Journal" apontava para declínio de 7,0%. O superávit comercial do país em março totalizou US\$ 88,19 bilhões, mais do que o dobro das projeções dos economistas. Os dados podem ajudar tanto o câmbio quanto a bolsa brasileira, em especial as ações ligadas às commodities - no entanto, o leve recuo do petróleo Brent em Londres e a baixa firme do minério de ferro na bolsa de Dalian podem prejudicar papéis locais.

Para os juros, o leilão tradicional de LTN e NTN-F fica no foco, assim como as reuniões do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em Washington. Ontem, conforme informou o Valor, o dirigente voltou a indicar uma visão positiva quanto ao arcabouço fiscal apresentado pelo governo, mas evitou sinalizar corte de juros. Em reuniões privadas com investidores, ele ressaltou que não é possível tratar a leitura de **inflação** de um único mês como

tendência, embora tenha se mostrado mais otimista com a **inflação** após o IPCA de março.

No noticiário local, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse em entrevista ao portal "G1" e à "Globonews" que espera arrecadar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões por ano fechando brechas usadas por companhias exportadoras nas vendas ao exterior. De acordo com o jornal "O Estado de S. Paulo", o grupo de trabalho da **reforma tributária** estuda fixar alíquotas diferentes do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), abaixo dos 25% previstos, para saúde e educação.

Ainda em viagem à China, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) discursou contra o uso do dólar como moeda global e pediu que os bancos "tenham paciência" com países emergentes e "não asfixiem a economia" como o Fundo Monetário Internacional (FMI) vem fazendo com a Argentina.

Site: valor.globo.com/financas/noticia/2023/04/13/manha-no-mercado-ativos-devem-reagir-a-eua-e-china-arcabouco-e-reforma-tributaria-seguem-no-radar.ghtml

Setores de saúde e educação pedem alíquotas menores da reforma tributária

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/13/RDIOCMARAFM9>

69DF-07.30.20-07.34.00-1681388187.mp3

Que imposto é esse (Nelson Machado e Eurico Marcos Diniz de Santi)

Eduardo Cucolo
Perfil do blogueiro

Eduardo Cucolo é repórter de Mercado. Foi secretário de Redação na Sucursal da Folha em Brasília, além de responsável pela cobertura de Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Receita Federal e Banco Central na capital federal.

Link externo, abre o Twitter do blog

O setor do agronegócio, por meio da FPA (Frente Parlamentar do Agronegócio) e da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), elencou oito pontos em que o setor é contrário na proposta de **Reforma Tributária**. A seguir serão analisados cada um dos pontos mencionados.

Será demonstrado que, em grande medida, o posicionamento reticente do setor com relação à reforma se deve pelo receio que o novo sistema tributário herde os vícios do atual. Para superar essa visão é preciso compreender que se trata de um novo modelo de tributação baseado nas melhores práticas internacionais e adaptados ao sistema federativo brasileiro.

Importante destacar que a reforma tem um impacto positivo estimado sobre a economia em mais de 20% ao longo de 15 anos e que as estimativas de crescimento do valor adicionado do agronegócio com a reforma são de 18,59%.

Esclarecimento ponto a ponto

O setor alega que não é contribuinte direto dos **tributos** a serem substituídos.

Esclarecimento

No IBS (imposto sobre bens e serviços previsto na reforma) o contribuinte é o consumidor final. As empresas e os produtores são sujeitos passivos que recolhem o imposto ao longo da cadeia.

No IBS, as pequenas empresas e os pequenos produtores rurais podem optar por entrar no regime normal do imposto de débito e crédito ou por ficar de fora. Caso optem por ficar de fora, suas vendas serão isentas do tributo, portanto, não haverá recolhimento e nem geração de crédito para o adquirente no caso de operações B2B.

Desse modo, o pequeno produtor que vender diretamente ao consumidor final (B2C) tem incentivo para não entrar no modelo do IBS. Já o pequeno produtor que está no meio da cadeia, ou seja, não vende diretamente ao consumidor final, mas a uma média ou grande empresa, possui incentivo para recolher o IBS, pois todo o imposto recolhido na sua venda entrará como crédito para o adquirente, o que significa que na prática a operação seria equivalente a uma alíquota zero.

Como é a experiência internacional?

Os IVAs mais recentes adotam o regime normal de tributação, isto é, tanto os produtores rurais, quanto as empresas de agro processamento e os comerciantes de alimento, ou seja, toda a cadeia produtiva do agronegócio, está sujeita a alíquota vigente do IBS se o seu faturamento for superior ao limite de isenção aos pequenos negócios (threshold). Dessa forma, a apuração do tributo a recolher ao longo da cadeia produtiva é feita pela confrontação entre débitos e créditos do tributo.

É sempre facultado aos pequenos agricultores aderir ao sistema do IBS podendo neste caso aproveitar os créditos de suas aquisições de insumos e repassar crédito para seus compradores (quando contribuintes).

O setor quer manter esse tratamento tributário no IBS ao adquirente da produção agrícola.

Esclarecimento

O objetivo do crédito presumido é eliminar a cumulatividade dos **tributos** na cadeia produtiva, no entanto, faz isso de um modo ineficiente. Com a tecnologia existente hoje que facilita o sistema de débito e crédito é possível eliminar completamente a cumulatividade das cadeias produtivas.

O crédito presumido traz complexidade ao modelo. Esse instrumento é comum nos IVAs antigos, mas não nos modernos. Ele habilita as empresas que agregam valor aos alimentos in natura a ter créditos do IVA das etapas anteriores a uma taxa pré-fixada que é uma média estimada da incidência do imposto ao longo de cada cadeia produtiva. Por isso, deve ser diferenciado por categorias, de acordo com as atividades produtivas (pecuária, agricultura, piscicultura etc.)

porque cada segmento utiliza diferentes insumos e em diferentes quantidades.

A fixação do crédito presumido acaba sendo arbitrária além de originar elevado custo de compliance e estimular o litígio, porque as diversas cadeias produtivas passam a ter taxas diferentes de crédito presumido. Segundo Cnossen (2018), o crédito presumido fez sentido no passado, quando não havia um sistema informatizado de tributação, mas, atualmente, corresponde a uma forma arbitrária de compensação.

O setor defende essa tributação diferenciada para garantir a competitividade internacional.

Esclarecimento

O modelo do IBS garante a não cumulatividade do tributo e sua rápida devolução dos créditos acumulados. Além disso, o imposto segue o princípio de destino, tributando normalmente as importações e desonerando as exportações. Na realidade, a competitividade do agro nacional seria ampliada, pois seriam eliminados toda a cumulatividade tributária ao longo da cadeia, com devolução dos créditos referentes a todos os insumos consumidos, energia elétrica, investimentos em máquinas e equipamentos, serviços de consultoria etc., independentemente de terem sido incorporados diretamente no produto.

Entendemos que o setor possui desconfiança que os créditos acumulados serão devolvidos rapidamente, pois no modelo atual isso não ocorre. É justamente pelas distorções do modelo vigente que precisamos fazer a **Reforma Tributária** implementando um novo sistema que não possua esses vícios.

No IBS, a arrecadação do tributo será centralizada/compartilhada pelo Conselho Federativo do IBS (CF-IBS) e só destinará os recursos aos entes federativos se a operação for ao consumidor final. Os valores dos créditos das empresas estarão no caixa do CF-IBS prontos para serem devolvidos para as empresas quando requisitados. Ou seja, não entrarão no orçamento de nenhum ente ou concorrerão com outra prioridade alocativa.

O setor é contra a oneração da cesta básica .

Esclarecimento

A alíquota uniforme engendra várias vantagens ao sistema tributário, uma vez que é a mais simples, com menos litígios, menor custo de compliance e mais transparente ao consumidor. Por isso, a grande maioria dos IVAs modernos (implementados desde a década de 1980) possuem uma única alíquota

positiva.

A seletividade dos produtos da cesta básica era, antigamente, a forma possível de compensar as famílias de baixa renda pela regressividade do imposto sobre o consumo. Sua razão de existir seria induzir a diminuição do preço dos alimentos que, em termos relativos, oneram mais as famílias de baixa renda.

Contudo, a diminuição da tributação sobre os alimentos não costuma ser repassada integralmente para os preços ao consumidor, sendo incorporadas como maiores margens de lucro aos distribuidores e revendedores que possuem maior poder de mercado. Além disso, a desoneração da cesta básica traz distorções e complexidade ao sistema tributário.

Adicionalmente, é um benefício muito custoso ao erário público, que deixa de arrecadar uma significativa receita e que precisa compensar elevando a alíquota média do tributo. Por fim, é um benefício mal focalizado, uma vez que as famílias mais ricas consomem mais alimentos (e itens mais caros) em termos absolutos.

A melhor solução, que só se tornou possível graças ao avanço tecnológico, é desonerar as famílias de baixa renda. Nesse sistema, as famílias pertencentes ao Cadastro Único dos benefícios sociais, ou até uma parcela maior da população, receberiam via transferência financeira o retorno do imposto incidente sobre suas aquisições, limitado a um valor para não estimular fraudes. Seria uma espécie de cashback tributário . É importante destacar que como as famílias mais pobres possuem elevada participação de seus gastos em alimentos, uma elevação em sua renda (devido ao cashback) teria um impacto positivo sobre a demanda dos bens da cesta básica.

O setor quer garantir com a reforma o ressarcimento rápido e eficiente dos créditos tributários em todas as apurações.

Esclarecimento

Estamos de acordo completamente com esse posicionamento. E o modelo de administração tributária desenvolvido no relatório da PEC 110 tem um desenho institucional que garante essa devolução.

Esclarecimento

Como já mencionado, o IBS será um tributo que onera apenas o consumidor final. Seu objetivo é ser neutro, de modo a incentivar a organização do setor produtivo como se fosse organizada na ausência de qualquer tributo.

O setor não quer que o imposto seletivo incida sobre alimentos.

Esclarecimento

O imposto seletivo deve incidir sobre itens que se deseja desestimular, ou seja, com impacto negativo à saúde e ao meio ambiente. Em princípio incidirá sobre o fumo, combustíveis fósseis e bebidas alcoólicas.

O setor defende que a tributação deve incentivar o uso de biocombustíveis.

Esclarecimento

Os biocombustíveis terão um tratamento normal no IBS, gerando créditos para o adquirente quando devido e onerando o consumidor final. Os combustíveis fósseis terão o mesmo tratamento, no entanto, deve incidir também o imposto seletivo de forma a desestimular o seu consumo, estimulando, de modo indireto, os biocombustíveis.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2023/04/ccif-fala-sobre-8-pontos-sensíveis-ao-agronegocio-na-reforma-tributaria.shtml>

Arcabouço fiscal e reforma tributária

Não poderia ser diferente: a proposta das novas regras fiscais, conhecidas como arcabouço fiscal, tem íntima relação com as propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso Nacional e que o governo pretende apoiar: a mudança na tributação sobre o consumo, como primeira fase; e a mudança na tributação sobre a renda, a segunda fase. A confusão entre essas duas disciplinas chega ao nome do ramo do direito envolvido: direito fiscal - utilizado, muitas vezes, para designar o conjunto de regras sobre tributos. Na verdade, a matéria tributária pode ser considerada uma parte da matéria fiscal, que, além da arrecadação de tributos, regulamenta a destinação das despesas e a relação entre despesas e receitas públicas, executada no orçamento. Portanto, a sorte do arcabouço fiscal está, da mesma forma, intimamente associada ao futuro da reforma tributária.

Conclusão corrente sobre o arcabouço fiscal aponta para sua dependência ao aumento das receitas públicas. E por que é assim? Propõe-se o estabelecimento de metas (e bandas de variação) do superávit fiscal primário, que significa receita públicas menos despesas públicas, antes de computar o pagamento dos juros (serviço da dívida pública). Considerando que também se propõe a fixação de um piso para as despesas (0,6% real em comparação com as despesas do exercício anterior, além de um valor mínimo para investimentos públicos), o referido superávit fiscal somente será atingido com aumento de receitas públicas acima do piso das despesas.

Conclusão corrente sobre o arcabouço fiscal aponta para sua dependência ao aumento das receitas públicas

Basicamente, as receitas públicas aumentam por três fatores: inflação (como já comentei no blog Fio da Meada); crescimento econômico, porque parte da riqueza produzida é transferida aos cofres públicos; e aumento da arrecadação, ou seja, da carga tributária. O governo pretende controlar a inflação, até para conseguir a desejada redução da taxa de juros; o crescimento econômico depende de inúmeros fatores, inclusive conjuntura internacional, que não está sob o controle do governo; então, a única medida que está, em tese, sob controle do governo é o aumento da arrecadação de tributos. Entre em campo, então, a reforma tributária e suas etapas.

A reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional tem como um dos seus "princípios" a

manutenção da carga tributária, vale dizer, não se pretende aumentar a carga tributária. Para isso, o novo sistema tributário será implementado de maneira gradual, sendo "testada" a alíquota do IVA, imposto que virá substituir os atuais tributos sobre o consumo e unificá-los. Mas como a carga tributária básica (atual) será determinada para efeito da sua manutenção?

O ministro da Fazenda tem dito que pretende aumentar a arrecadação fazendo com que setores e contribuintes que hoje não pagam passem a pagar impostos. Se é assim, poderíamos concluir que a carga tributária atual está subavaliada, pois há muita gente fora da tributação. Alguns desses "ausentes" estão nessa situação porque seus rendimentos são subtributados, o que seria resolvido com alterações na legislação do imposto sobre a renda. Considerando esses fatores, podemos chegar a duas conclusões: o que seria a segunda etapa da reforma tributária, que viria para tratar da tributação da renda, deve ser antecipada; e a carga tributária a ser mantida talvez não se restrinja àquela relativa exclusivamente à tributação sobre o consumo, mas inclua uma revisão, para cima, da carga tributária atual.

Adicionalmente, estima-se que a carga tributária de alguns setores tende a aumentar com a implantação do IVA, enquanto a de outros tende a reduzir. Exemplos dessa movimentação são, respectivamente, os serviços e a indústria. O que nos leva a entender, licitamente, que a carga tributária a ser mantida não será a individual de cada contribuinte, mas o somatório e o resultado das cargas tributárias individuais. Nos casos comentados até aqui, a carga tributária aumentará por novas incidências, por extinção de benefícios fiscais e pela ampliação da base de contribuintes, quer pela reforma dos tributos sobre o consumo quer pela reforma da tributação sobre a renda.

Outra influência do aumento da carga tributária, em valores nominais, é efetivamente o aumento da riqueza nacional (PIB). Também há estimativas de que a reforma tributária, quando aprovada e implementada, tem condições de provocar importante aumento do PIB. Mantida a apuração da carga tributária como percentual do PIB, o aumento desse índice de riqueza nacional permitirá o aumento, ainda que em termos nominais, da arrecadação tributária. Essa relação recursiva (de causa e efeito mútuos e recíprocos) entre PIB e carga tributária pode influenciar na fixação da alíquota do novo IVA - em

observância ao mencionado "princípio" da manutenção da carga tributária.

Nota-se, portanto, de maneira indubitável (diria até óbvia), a inter-relação entre a proposta do arcabouço fiscal e a proposta da **reforma tributária**. Acontece que, se a primeira, aparentemente, requer o incremento de receitas públicas (dentre elas principalmente as tributárias), a segunda estabelece como "princípio" a manutenção da arrecadação tributária (conquanto existam ainda várias dúvidas de como definir a carga tributária que será mantida). A necessidade de conciliar ambas as propostas nos coloca diante de uma excelente oportunidade para repensar o sistema tributário brasileiro: pensar as duas etapas (consumo e renda) em conjunto, de modo a construir uma tributação mais justa no Brasil.

Edison Carlos Fernandes é doutor em Direito pela PUC/SP, professor da FGV Direito SP, sócio do FF LAW e colaborador do blog Fio da Meada

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Arcabouço fiscal e **reforma tributária**

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/04/13/arcabouco-fiscal-e-reforma-tributaria.ghtml>

Entenda desafios da proposta de reforma tributária debatida no Congresso

(crédito: ED ALVES/CB/D.A.Press)

Em um debate que se arrasta há décadas, uma pergunta se impõe: qual **reforma tributária** é possível no Brasil? Essa indagação conduziu o primeiro painel do CB Talks realizado ontem no auditório do Correio. O debate reuniu o deputado e relator da **Reforma Tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); o presidente da Unafisco, Mauro Silva; o ex-senador Roberto Rocha; e o diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli.

Ao comentar o tema, Ribeiro defendeu uma mudança na regra tributária que "atenda ao interesse do país", e que não leve em conta apenas os anseios do governo ou de parcela da sociedade. "Uma reforma como essa é estruturante para o país. Ela é progressiva porque visa distorcer o que construímos ao longo de 50 anos de história, onde nos especializamos, ao longo desse tempo, em construir o pior sistema tributário do planeta", criticou.

O parlamentar lembrou a dificuldade do país em competir em nível global. Segundo o ranking Competitividade Brasil, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil ocupa a 16ª posição na escala que mede o potencial competitivo das empresas brasileiras.

"Estamos fora do mundo. Precisamos fazer esse ajuste porque não temos como concorrer hoje, com quem quer que seja. Esse sistema é muito caro e traz o famoso Custo Brasil, que é impeditivo. Oitenta por cento do chamado Custo Brasil estão no sistema tributário brasileiro", destacou.

O ex-senador Roberto Rocha, que foi relator da PEC 110/2019, apresentada pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), definiu o atual sistema como "um manicômio tributário" e alertou para o fato de que a complexidade afasta os investimentos do Brasil, ampliando a pobreza com a não geração de riqueza.

Rocha avaliou, ainda, que o sistema tributário brasileiro está na era analógica, enquanto a sociedade já é digital. A consequência disso é a disparidade na arrecadação, especialmente entre as maiores empresas do país, citando as plataformas que não são tributadas.

"Nós temos o maior restaurante do Brasil, que não tem uma panela; a maior rede de táxis, que não tem um carro; e a maior rede de hotel do país, que não tem um quarto", exemplificou o ex-senador. Por fim, Rocha defendeu ainda que, após a aprovação da reforma no parlamento, será necessário se debruçar sobre uma reforma administrativa.

O presidente da Unafisco, Mauro Silva, enfatizou o papel decisivo dos parlamentares para o sucesso da reforma. Utilizando a analogia da construção de um edifício para exemplificar o que seria o novo sistema tributário, Silva definiu os parlamentares como os engenheiros do "prédio".

"Não adianta um desenho muito bem feito se os engenheiros que forem colocar de pé esse prédio tributário, chamado Brasil, não estiverem bem sintonizados e aproveitarem as experiências dos problemas passados", afirmou, ao destacar a importância do diálogo para a construção da reforma.

"A reforma é um desafio político que depende de que a sociedade seja esclarecida, para que essa compreensão chegue também até o Congresso Nacional. Há obstáculos a serem ultrapassados, e só o debate pode fazer com que se clareie os caminhos", frisou.

O diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli citou alguns desses desafios. Um dos principais, na opinião dele, é manter a atual carga tributária, sem aumentá-la. "Temos que manter a base tributária entre os entes federativos. Isso é um desafio porque se reflete em tudo. Precisa calcular o passado, trazer isso para o presente, para impactar no futuro, e calcular a alíquota modal, para que assim tenhamos a efetiva tributação", explicou.

Aguinaldo Ribeiro comentou a complexidade de se definir uma regra tributária justa. "Uma reforma como essa não é uma reforma de governo, é uma reforma do Estado brasileiro. Aliás, é uma coisa que nós perdemos de vista. Nós discutimos e implantamos as políticas de Estado. São aquelas que decidimos como cidadãos, não importa se vai ser a esquerda ou a direita ou centro que vai executar. Mas nós sabemos para onde queremos ir", completou.

O relator externou o tipo de pressão a que é exposto.

"Algumas pessoas me perguntam: você acha que tem ambiente para se aprovar uma **reforma tributária**? E eu respondo: 'Não vai ter ambiente nunca'. Se a gente fosse pensar, o ideal era primeiro reduzir o tamanho do Estado. Adaptar o Estado à nossa realidade, reduzir o compromisso fiscal que nós temos hoje. E aí fazer uma reforma que a gente pudesse reduzir a carga tributária", apontou.

Aguinaldo ressaltou a urgência de se rever o modelo tributário. "Temos primeiro a exaustão de um sistema tributário que ninguém consegue mais conviver com ele. Nem a federação, nem os entes federados, nem os setores", constatou.

A proposta de **reforma tributária** que tramita no Congresso está sendo discutida de forma fatiada. No primeiro semestre, será tratada a reformulação nos **tributos** sobre o consumo e a reforma do Imposto de Renda, que inclui a tributação sobre dividendos, ficará para o segundo semestre. O presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva, defendeu que a reforma seja tocada de maneira unificada.

"Não tem sido essa a opção do governo, mas entendemos que temos classe política e corpo técnico competentes para levar em paralelo tanto a reforma sobre o consumo quanto sobre a renda", avaliou Mauro Silva. "Acho que temos capacidade para isso, mas há aqueles que acreditam que o foco é melhor", enfatizou. "Compreendo a opção política atual, mas faço o chamado para essa reflexão, de que é capaz e talvez até facilite a discussão sobre o consumo, levar em paralelo a discussão sobre a tributação da renda", acrescentou.

Ao fazer a analogia do sistema tributário com um edifício, ele citou cinco pilares: tributação sobre o consumo, renda, patrimônio, comércio exterior e o sobre o financiamento da previdência. Para o presidente da Unafisco, há problemas em todos os "andares do edifício" e não é possível focar apenas em determinadas distorções do sistema tributário atual.

"Esse novo prédio, chamado Brasil, tem que contemplar todos esses andares e também o velho prédio [o sistema atual], aquele que mostramos que há privilégios, muitos pobres e é complexo. Temos dialogado com o Congresso no sentido dessa preocupação de não desconsiderar a importância da administração tributária", afirmou.

"Uma vez que a renda das famílias e o investimento das empresas chegue em mais de 80% do **PIB** (Produto Interno Bruto), é compreensível que se jogue um olhar mais preocupante sobre a tributação do

consumo. Mas eu não posso ignorar que este prédio não tem só um andar", insistiu.

O presidente da Unafisco reforçou que em um país como o Brasil, o financiamento da previdência tem uma necessidade de ajudar os mais pobres. "Isso tem sido esquecido na **reforma tributária**. O que estamos assistindo é a precarização das relações de trabalho", criticou.

Ele citou, por exemplo, a situação de trabalhadores empregados em plataformas digitais. "Esse tal de empreendedorismo do cara de bicicleta, que é praticamente um trabalho semi-escravo; os aplicativos estão erodindo a base das folhas de salários e comprometendo o financiamento da previdência", afirmou Silva. Ele citou ainda o movimento de "pejotização", com a ampliação de Microempreendedores Individuais (MEIs). Segundo ele, o fenômeno também enfraquece a folha de salários.

"Os problemas desse andar mal têm sido tocados e é preciso encarar isso, porque é um problema social gravíssimo", destacou Mauro Silva. No caso da tributação do patrimônio, o auditor fiscal lembrou da cobrança do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), que também deveria ser cobrado de jatinhos; e a tributação sobre heranças, que tem no Brasil uma das alíquotas mais baixas do mundo, não passando de 8%, enquanto países desenvolvidos cobram de 30% a 50%.

"Aqueles países citados para dizer que o Brasil precisa 'chegar lá' cobram essas alíquotas, mas nessa hora ninguém gosta de citar", observou Mauro Silva. "Se precisamos ser igual ao Chile ou aos Estados Unidos, então que sejamos também na tributação sobre a herança, no ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação)", comparou o presidente da Unafisco. Ele citou também benefícios fiscais ineficientes, "enormes e bilionários na área do Imposto de Renda, que precisam ser tratados".

O ex-senador Roberto Rocha (PTB-MA) apontou que o projeto da **reforma tributária** discutido atualmente na Câmara dos Deputados tem o objetivo de corrigir as injustiças do sistema tributário brasileiro, que tributa proporcionalmente mais o pobre que emprega toda a sua renda em consumo. Nesse sentido, o ex-senador definiu o sistema tributário atual como "um manicômio tributário". Ele foi relator da proposta de emenda constitucional 110/2019 na Casa.

Rocha disse também que a complexidade tributária do sistema brasileiro torna a gestão fiscal extremamente cara ao empresário. "As empresas pagam no Brasil mais de 1% do **PIB** só para fazer a gestão tributária",

destacou. Para Rocha, a alta das alíquotas e a complexidade do sistema afastam os investimentos do Brasil, ampliando a pobreza com a baixa geração de riqueza.

A base de arrecadação brasileira é injusta, sustentou o ex-senador. Ele lembrou que o sistema tributário obtém 50% de sua arrecadação na tributação sobre o consumo, enquanto apenas 17% de toda a arrecadação em **tributos** é sobre a renda.

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Digite seu endereço de e-mail para acompanhar as notícias diárias do Correio Braziliense.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Entenda desafios da proposta de **reforma tributária** debatida no Congresso

CEILÂNDIA EM ALERTA

Entenda desafios da proposta de **reforma tributária** debatida no Congresso

Site: <https://theworldnews.net/br-news/entenda-desafios-da-proposta-de-reforma-tributaria-debatida-no-congresso>

Seminário do Correio debate como reforma tributária pode alavancar o PIB

Rosana Hessel

O Brasil não cresce acima de 2% de forma sustentável devido, em grande parte, à falta de uma efetiva **reforma tributária**, que simplifique e destrave a economia. No começo dos anos 2000, o país despontou como um dos protagonistas do grupo dos países emergentes de crescimento rápido. Mas, na terceira década do novo milênio, registra as menores taxas de expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A necessidade de mudanças no complexo sistema nacional de **tributos** - que afugenta muitos investidores brasileiros e estrangeiros - é mais do que urgente. Especialistas destacam que uma reforma bem feita poderá alavancar o **PIB** potencial em até 20% nos próximos 10 a 20 anos.

Ante essa realidade, o Correio Braziliense realizou, ontem, em parceria com a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional), o seminário Correio Talks: **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos.

O evento teve a presença de parlamentares, autoridades e especialistas. Um dos impactos destacados foi de que, com a reforma no modelo tributário, a renda per capita poderá crescer em torno de R\$ 500 por mês e até R\$ 6 mil por ano.

Na abertura do evento, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, destacou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende realizar as mudanças no sistema tributário em duas etapas: primeiramente, pelo consumo; em seguida, pela renda.

Appy ressaltou que, nessa primeira fase, será preciso aproveitar as propostas de emenda à Constituição que estão no Congresso Nacional: a PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados, e a PEC 110, do Senado Federal. As duas matérias ficaram paradas no Legislativo durante o governo anterior, que tentou apresentar uma proposta própria, que também não prosperou.

A ideia do novo governo, segundo Appy, é aproveitar o teor das PECs para construir um texto único de uma **reforma tributária** que, além de simplificar o sistema atual, garanta um crescimento de, pelo menos, 12%

no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, em 20 anos.

De acordo com o secretário, alguns estudos indicam que uma boa **reforma tributária** poderá garantir aumento de até 20% no **PIB** potencial daqui a cerca de 10 a 20 anos. Na avaliação dele, as duas propostas têm inúmeros pontos em comum, com taxações adicionais sobre produtos que agridem a saúde e o meio ambiente, por exemplo.

A diferença entre as duas, apontada por Appy, é que a PEC 45 propõe um imposto único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unifica cinco **tributos** federais e regionais; e a PEC 100 estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, sendo um cobrado pelo governo federal e o outro, pelos entes federativos.

Durante a apresentação de abertura, Appy chamou a atenção para a complexidade do sistema de **impostos** brasileiros, denominando-o de manicômio, mesmo termo utilizado pelo ex-senador Roberto Rocha, também convidado ao encontro. Rocha se juntou ao deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da PEC 45, também convidado do CB Talks, e sustentou que a **reforma tributária** vai melhorar a distribuição de renda no país. Essa reforma que estamos fazendo tem o papel de cidadania, para construirmos a cidadania do ponto de vista fiscal e social, complementou Ribeiro.

Debate maduro

Na avaliação do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho sobre **Reforma Tributária** na Câmara, o debate acerca do tema está bastante maduro. Segundo ele, será possível unir parlamentares governistas e da oposição para aprovar a PEC da **reforma tributária** com ampla maioria. Creio que teremos mais de 400 parlamentares votando a favor, estimou o parlamentar ao Correio. Para ser aprovada na Câmara, uma PEC precisa de, no mínimo, 308 votos favoráveis. Essa matéria será uma reforma do Estado e não de governo, e será votada, afirmou.

Na parte relativa à taxação sobre renda, o secretário-geral da Unafisco, Pedro Delarue Tolentino Filho, defendeu a tributação de lucros e dividendos, uma vez que apenas o Brasil, Estônia e Eslováquia não adotam

essa cobrança. Pelas contas dele, uma taxaço de lucros e dividendos, mesmo de forma parcial, como ocorre em países como México, Chile e Nova Zelândia, permitiria um aumento da arrecadação do governo federal de R\$ 80 bilhões a R\$ 90 bilhões por ano.

Esse recurso poderia ser utilizado para atualizar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e até contribuir para reduzir um pouco o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), fazendo um mix , sugeriu Delarue. Sem tributar dividendos e lucro das empresas, o governo perde duas vezes , frisou. Delarue também lembrou, que, ao não tributar dividendos e lucros pagos aos acionistas, o governo descumpre um dos princípios basilares da Constituição: a isonomia.

Quatro perguntas para Bernard Appy

Na verdade, as duas se aproximaram muito. O resultado final vai ser uma composição das duas, acredito eu, com um texto único. O próprio grupo de trabalho da Câmara, neste momento, está trabalhando com as duas PECs como referência. O objetivo é importante, porque se não fizer isso, elas não são muito diferentes. Foram diferentes no começo. Hoje são muito mais próximas.

Vai ser uma decisão do Congresso. Mas a nossa avaliação é que, politicamente, tem mais chance de avançar o IVA dual do que um IVA único. Do ponto de vista das empresas, o ideal seria um IVA único, mas ter dois IVAs com a mesma legislação. A diferença é muito pequena, não tem realmente um impacto muito relevante do ponto de vista das empresas. Politicamente, o IVA dual parece-me ser mais factível por conta das questões federativas.

Essa reforma da renda vai vir. Ainda não estou antecipando detalhe. O ministro falou algumas coisas que estão vindo agora para a redução de distorções. Isso pode vir antes, mas o grosso dessa reforma vem em seguida.

Não sei. Pode ser. Não tenho, tenho como dar o timing agora, porque ainda não está decidido (o cronograma).

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para

publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

THE WORLD NEWS

Seminário do Correio debate como **reforma tributária** pode alavancar o **PIB**

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/04/5086996-seminario-do-correio-debate-como-reforma-tributaria-pode-alavancar-o-pib.html>

Depois da briga das MPs, Congresso não tem tempo a perder

Por Editorial

A pauta do Congresso Nacional foi enfim desbloqueada, com a instalação de três comissões mistas para análise de Medidas Provisórias. Uma tratará da MP 1.154/23, que cria novos ministérios e reestrutura a organização do Executivo. Outra cuidará da MP 1.162/23, que retomou o programa Minha Casa Minha Vida. A terceira se debruçará sobre a MP 1.164/23, com as regras do novo Bolsa Família. Apenas cem dias depois do início do governo Luiz Inácio Lula da Silva e 69 dias depois da posse de senadores e deputados, o Congresso voltará a tratar dos temas mais relevantes para os eleitores. Já passou da hora de o Parlamento começar a trabalhar com seriedade. A atual legislatura tem uma agenda enorme pela frente.

A paralisação da pauta resultou da querela entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre a tramitação das MPs. No primeiro trimestre de 2020, as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado concordaram que, devido à pandemia, as comissões mistas não seriam instaladas. Em vez disso, as MPs teriam um trâmite veloz, com o poder nas mãos do presidente da Câmara. O pior da pandemia passou, mas Lira, contrariando a Constituição, queria manter de forma indefinida o acordo temporário.

Agenda: Com lideranças da base do governo, Congresso instala três comissões de medidas provisórias

As MPs são editadas pelo presidente da República com efeito jurídico imediato, mas precisam ser analisadas e votadas no Congresso num prazo de até 120 dias. Caso isso não aconteça, perdem a validade. Quando são deixadas de lado, trancam a pauta do Congresso. É esperado que as três comissões mistas criadas nesta semana, com paridade entre deputados e senadores, marquem o fim desse período de imobilismo parlamentar. Agora ficará claro se o governo tem a capacidade de construir uma base confiável para aprovar seus projetos prioritários.

O mais urgente será o novo regime fiscal. Sem um plano para gerenciar a dívida pública no médio e longo prazos, a economia não voltará a crescer em patamares elevados. Na apresentação do arcabouço

fiscal, o governo se comprometeu a zerar o déficit e a obter superávits a partir de 2025, para garantir redução na dívida. Os detalhes da proposta, porém, ainda são incertos, e a discussão no Congresso é crítica para formular um regime confiável.

Mais adiante, quando chegar ao Congresso a proposta de **reforma tributária**, os deputados e senadores terão a missão de formar um consenso que represente um avanço significativo no sistema de **impostos** brasileiro, conhecido pela excessiva complexidade e pela dificuldade que impõe a qualquer um que se disponha a fazer negócios no Brasil. Uma vitória na questão tributária, que tem frustrado iniciativas governos a fio, traria uma mudança substantiva de percepção sobre Lula.

Além da votação de projetos do Executivo, seria bem-vinda uma postura mais ativa do Parlamento. É improvável que o governo priorize a reforma administrativa. Nesse e noutros casos, as lideranças do Congresso deveriam assumir o protagonismo. Com a energia voltada para barganhas espúrias e interesses paroquiais, o Congresso tem sido, com seu marasmo crônico, um dos maiores responsáveis pela anemia da economia brasileira. A perda de tempo com a querela das MPs é só a última prova disso. O início para valer dos trabalhos legislativos oferece uma boa oportunidade de mudar.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ

Depois da briga das MPs, Congresso não tem tempo a perder

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2023/04/depois-da-briga-das-mps-congresso-nao-tem-tempo-a-perder.ghtml>

Municípios não querem perder ISS

ED ALVES/CB/D.A.Press



Ricardo Torres: debate precisa considerar demandas das prefeituras

KELLY HERALLY

Ricardo Ezequiel Torres, secretário de Fazenda do município de São Paulo

No CB Talks, o gestor ressaltou a preocupação dos municípios no debate sobre **reforma tributária**. As prefeituras tentam reverter o fim do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), modelo incompatível com as PECs que estão sendo discutidas como base da tributária: a 45 e a 110.

Ao lembrar que há ao menos 5 milhões de normas sobre **reforma tributária**, Torres retomou o discurso de prefeitos, que se reuniram com o ministro Fernando Haddad (PT), da Fazenda, e outros ministros. Os representantes dos municípios pediram que a PEC 46 seja anexada à tramitação na Câmara e no Senado.

O governo, contudo, segue com a sinalização de que a PEC não será incorporada. Para acalmar os ânimos, o Executivo propõe a possibilidade de consolidação do Imposto sobre Valor Agregado Dual (IVA). Segundo o GT da **Reforma Tributária**, essa solução dá margem de arrecadação a cidades, ainda que o ISS seja extinto.

"Se formos verificar o grande grau de litigiosidade que existe, ele está focado nas controvérsias relacionadas ao conceito de insumos usadas no PIS-Cofins, nas questões dos estados.

Ou seja: estamos trazendo para dentro de um tributo hoje que é o ISS, que tem menor complexidade e tem sido usado na experiência mundial para resolver os problemas de grandes corporações com alíquota baixa e simplicidade de arrecadação, a complexidade de outros **tributos** que poderiam ser tratados de forma

segregada. Há muito a se fazer na tributação do consumo nos níveis federativos", defendeu Ricardo Torres. (KH)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

É preciso corrigir vícios, diz diretor da Receita

ED ALVES/CB/D.A.Press



Mombelli: uma solução para o "emaranhado" tributário

L

FERNANDA STRICKLAND

O diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli, afirmou que o sistema simplificado da **reforma tributária** "vai melhorar a vida do brasileiro". Segundo ele, vários aspectos serão aprimorados com a **reforma tributária** a partir da simplificação dos **impostos**.

"Vai melhorar a vida das empresas e vai trazer luz, trazer transparência ao que a gente não tem hoje", disse.

Saber o caminho a ser traçado é essencial, defendeu ainda o diretor de programa da **Receita Federal**. "Se tivéssemos a Constituição de 1988 trazida para hoje, veríamos que seria muito mais fácil a aprovação, pois estaríamos sem os vícios e sem os privilégios que foram colocados ao longo do tempo, transformando a nossa legislação de forma caótica", apontou.

Mombelli detalhou o nó tributário no qual o país está metido. "Hoje nós temos um emaranhado de leis, de reduções de base de cálculo, de alíquotas diferenciadas, de reduções, de créditos presumidos que nos enlouquecem. Por exemplo, a legislação do piso da Cofins, que é o do âmbito de tributação federal, iniciou lá em 1982, com uma lei com 0,5% de faturamento. E naquela época era só sobre bens", exemplificou.

Tais vícios, segundo o diretor de programa da **Receita Federal**, se tratam de escolhas ao longo do tempo e dificultam as mudanças. "Depois houve um aumento da carga tributária, do financiamento do Estado aos novos desafios da Constituição brasileira. Desta forma, o 0,5% passou a ser 3%. Ou seja, seis vezes o valor, em 1988.

Foi uma escolha de financiamento de Estado, que nós estávamos vivendo, um problema de inflexão do plano real", descreveu. (FS)

"Esse novo prédio, chamado Brasil, tem que contemplar todos esses andares e também o velho prédio, aquele que mostramos com privilégios, muitos pobres e é complexo" Mauro Silva, presidente da Unafisco

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

Lira reage, atrai direita e base do governo e forma maior bloco na Câmara



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante entrevista Gabriela Biló - 27.mar.23/Folhapress

Victoria Azevedo Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), conseguiu atrair partidos de centro, de direita e da base do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para formar um bloco com 173 deputados -tornando-se a maior força da Casa.

O grupo é formado por PR União Brasil, PSDB-Cidadania, Solidariedade, Patriota e Avante, além das legendas de esquerda PDT e PSB.

A criação do bloco foi selada em reunião na manhã desta quarta-feira (12), segundo líderes afirmaram à Folha.

A iniciativa é uma reação do presidente da Casa à criação de um bloco que rachou o centrão e uniu Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC, com 142 parlamentares, ameaçando o poder interno de Lira.

Em rede social, o presidente da Câmara afirmou que o novo bloco "é a demonstração de compromisso e responsabilidade" com o Brasil.

"Vamos somar, não confrontar. Atuar juntos na construção de políticas em prol da sociedade. Respeitando as opiniões e a diversidade. Esse é o melhor caminho para apreciação dos projetos importantes para o país", disse.

O bloco construído por Lira terá 173 deputados, resultado da soma de cada bancada. Líderes partidários contam ainda com a incorporação de outros dois parlamentares ao bloco.

O pano de fundo dessa movimentação envolve a disputa de poder dentro do Congresso, a força que cada agrupamento terá na relação com o governo federal e a própria sucessão do presidente da Câmara -que ocorrerá em fevereiro de 2025.

No começo do ano, líderes da União Brasil e do PP tentaram costurar uma federação dos dois partidos, mas as articulações fracassaram.

O PT, do presidente Lula, e o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, não participarão dos blocos. O governo Lula trabalha atualmente alinhado a Lira e tenta montar uma base de apoio sólida, por isso tem buscado não interferir na disputa interna na Câmara dos Deputados com o receio de atrair desafetos em um dos lados.

Segundo líderes ouvidos pela Folha, é estratégico para o governo ter partidos da base, como PSB e PDT, próximos de legendas que se consideram independentes. Um dirigente afirma que o Planalto precisará desses partidos para ter governabilidade e que é preciso fazer essa aproximação.

Membros do governo afirmam que estão acompanhando com atenção esses movimentos, mas dizem que não enxergam na formação dos blocos, ao menos no momento, a possibilidade de alterar o quadro da base que o Executivo tenta costurar na Câmara.

A criação do novo bloco foi anunciada por representantes dos partidos na tarde desta quarta-feira.

Em um aceno ao Palácio do Planalto, inicialmente o bloco será liderado por deputados do PSB e PDT, ambos partidos da base de Lula.

O primeiro líder será Felipe Carreras (PSB-PE), seguido de André Figueiredo (PDT-CE).

"Esses partidos têm uma convergência com a pauta

democrática e queremos, claro, fazer uma frente ampla que garanta a governabilidade para o governo federal e que tenhamos, aqui dentro do Parlamento, esse tempo de consenso em pautas que sejam importantes para o Brasil", afirmou Figueiredo.

Carreras também reforçou a questão da governabilidade afirmando que é um bloco que vai "procurar ajudar o presidente Lula a pavimentar governabilidade e ter uma base sólida aqui na Câmara".

O deputado Elmar Nascimento (BA), líder da União Brasil, afirmou ainda que o bloco simboliza que não há interesse de criar celeumas com o governo federal.

"Para significar que não há qualquer tipo de interesse de criar, sobretudo com o governo, qualquer tipo de celeuma, nós deputados, que estão aqui representados, compõem um bloco único na Casa que terá nesse colegiado de líderes um foro de discussão e decisões sempre pensando nos superiores interesses da população brasileira", disse.

No anúncio da aliança foi divulgado um manifesto que reconhece as diferenças ideológicas dos partidos, mas defende união em torno de pautas como a **reforma tributária** e o arcabouço fiscal.

"É preciso encontrar convergência nos diferentes e viabilizar o diálogo para que a Câmara funcione efetivamente como a força motriz de um sistema de engrenagens que possibilite o desenvolvimento do Brasil em todos os seus aspectos. Sem isso, projetos fundamentais para este momento correm o risco de serem bombardeados no Parlamento. Isso vai desde a tão esperada **reforma tributária** à garantia de verbas para a execução de políticas públicas. Do novo Marco Fiscal ao Bolsa Família", diz o texto.

"Ainda que nossa história passe por divergências ideológicas, estamos nos reunindo para selar um pacto pelo desenvolvimento pleno do Brasil nos âmbitos econômico e social, defendendo as pautas de maior interesse dos brasileiros." Além do simbolismo político de reunir o maior contingente de cadeiras, a união dos partidos em blocos dá aos maiores grupos um poder de mando na composição das comissões mistas (entre Câmara e Senado) que devem ser retomadas para a análise das medidas provisórias, na Comissão de Orçamento e no dia a dia das votações em plenário.

O tamanho dos blocos partidários também interfere em diversos aspectos do funcionamento do Legislativo: da atuação em plenário e das possibilidades de fala dos congressistas à distribuição de relatórios de projetos importantes.

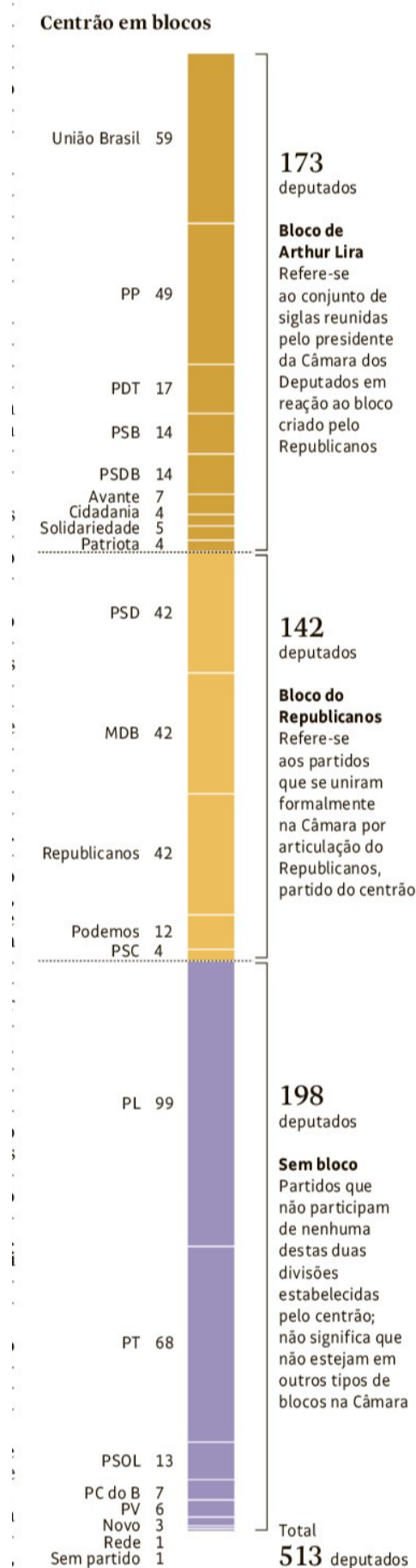
A sucessão de Lira também está em jogo, embora muita coisa possa mudar até fevereiro de 2025, quando está marcada a próxima eleição para o comando da Casa (Lira não pode disputar a reeleição).

Elmar Nascimento é considerado por vários parlamentares como o candidato de Lira à sua sucessão.

Mas a recente articulação de Republicanos, MDB, PSD, Podemos e PSC colocou em evidência outros possíveis candidatos, como o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos-SP), e o líder do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL).

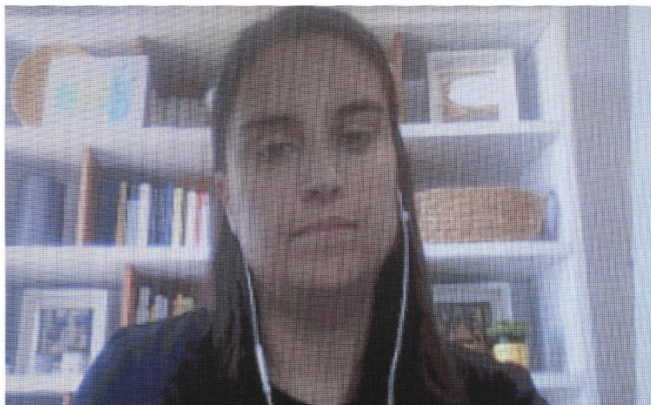
Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50245>



Imposto simples: "Todos ganham"

ED ALVES/CB/D.A.Press



Melinda Rocha: "modelo padrão", IVA é adotado em 174 países

MICHELLE PORTELA

Melinda Rocha, diretora de cursos na York University

A pesquisadora destacou os impactos que a simplificação do sistema tributário trarão para a economia: "Vai trazer mais renda aos cidadãos, mais atividade econômica e demanda para as empresas, tanto setor ao industrial quanto, principalmente, ao setor agropecuário e ao setor de serviços. E por fim, vai trazer mais arrecadação aos entes federativos.

Todos ganham com o crescimento econômico do país", argumentou.

A acadêmica calcula que a transição da **reforma tributária** levará 40 anos para se encerrar.

"Há um consenso internacional de que o IVA é o melhor sistema para a tributação do consumo.

Todos os setores vão ganhar, mas é importante ressaltar que não vai haver convivência dos dois sistemas por 40 anos", apontou.

Para a especialista, é preciso também desconstruir a ideia de que a proposta vai gerar perdas de arrecadação para os municípios maiores, ao menos se consideradas as PECs 110 e 45. "Se houve uma transação, a mesma será tributada. Esse método ou tipo de imposto teve início na Alemanha e muitos países passaram a exigir cadastro de fornecedores não residentes como forma de evitar a evasão fiscal", explicou.

Questionada ao final do debate, a pesquisadora avaliou ainda o custo de o país não realizar a **reforma**

tributária num curto prazo e continuar com o modelo atual, mantendo as distorções. "O custo é a gente manter as distorções do nosso sistema atual, as injustiças, tanto com relação ao cidadão mais pobre quanto aos municípios", enfatizou. (MP)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

IVA dual: uma solução à vista



Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho na Câmara: reforma não é um embate entre governo e oposição
Ed Alves/CB/D.A Press



Pedro Delarue, da Unafisco: sistema é cruel com os mais pobres

RAFAELA GONÇALVES HENRIQUE LESSA FERNANDA STRICKLAND MICHELLE PORTELA KELLY HERALLY

Coordenador do Grupo de Trabalho (GT) da **Reforma Tributária** na Câmara, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou que as discussões sobre o tema caminham para a implantação de um Imposto de Valor Agregado (IVA) Dual, em que estão previstos um IVA federal e um IVA para estados e municípios. O parlamentar participou ontem de evento realizado pelo Correio Braziliense e pela Unafisco para debater a **reforma tributária**.

"Vamos discutir um pouco como se dará o modelo da gestão que caminha para um IVA Dual, que tem o nacional e o subnacional e um comitê gestor com participação paritária. É bom lembrar que é uma revolução esse modelo de participação, porque hoje os municípios não estão nas decisões em relação ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Eles têm cota parte, mas não participam. Com o comitê gestor, vão participar", ressaltou.

A proposta do IVA Dual foi levantada pelo MINISTRO

da Fazenda, FERNANDO HADDAD (PT), em janeiro deste ano, em Davos. Funciona também como instrumento para dirimir a resistência de prefeitos que se posicionam contrários ao fim do Imposto Sobre Serviços (ISS), cuja arrecadação é de competência municipal.

"A ampla maioria dos municípios quer o IVA. Há aprovação de pelo menos 5 mil cidades do novo critério, o de tributação no destino. Nos outros municípios, estamos negociando", contou. No âmbito do GT, informou o coordenador, as audiências públicas realizadas até o momento ouviram os setores da saúde, educação, serviços, transportes, agro e agroindústria.

O coordenador do GT foi cauteloso ao falar de prazos para aprovação da reforma. Ele estimou o primeiro semestre, mas somente à Câmara. "Há convergências no GT, mas está dependendo desse desfecho final. Tem uma disposição muito grande da sociedade brasileira pela aprovação da reforma, que é do Estado brasileiro e não de governo versus oposição. Pertence à Câmara e ao Senado, com apoio do governo federal, que sabe que o protagonismo é do Congresso. Há uma circunstância perfeita para aprovação dessa reforma", ponderou.

Crescimento

O segundo painel do encontro teve como foco o crescimento econômico. Segundo a pesquisadora Melinda Rocha, diretora de cursos na York University do Canadá, o atual sistema tributário é um dos maiores entraves para o avanço da economia.

"Diversos estudos acadêmicos falam justamente que uma das causas para esse baixo crescimento econômico é o nosso sistema tributário, tendo em vista as inúmeras distorções e problemas", destacou Rocha. Ela defendeu que não adianta manter o modelo atual, como sustenta a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 46/2022.

A reforma, de acordo com a pesquisadora, deve corroborar para o crescimento ao eliminar ou diminuir substancialmente os principais empecilhos trazidos pelo modelo atual com a implementação do IVA (ou Imposto sobre Valor Agregado), que é a unificação de diversos **impostos**. "Este é o modelo implementado em 174 países dos 193 países do mundo. Não estamos importando nenhum modelo novo, revolucionário. A gente está propondo implementar o

modelo padrão, utilizado pela grande maioria dos países do mundo", disse.

Entre as preocupações em debate com a reforma está a perda de arrecadação dos estados e municípios. Contudo a expectativa, segundo a pesquisadora, é que o sistema beneficie 98% dos municípios brasileiros. "Estamos há muito tempo presos nessa armadilha do baixo crescimento. O Brasil tem muita sorte com condições climáticas e alto potencial produtivo, mas ficamos presos nesta questão e uma das causas é o sistema tributário, que gera inúmeras distorções", afirmou.

Desigualdade

Para Rodrigo Spada, presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), o sistema tributário atual é injusto e amplia as desigualdades, e impacta até na questão climática.

Uma das razões de o sistema tributário nacional ampliar as desigualdades, de acordo com o auditor, é a tributação diferenciada entre a renda do trabalho e a renda do capital. "O país não tributa herança nem a propriedade rural, e tributa mais fortemente a renda do trabalho em relação à renda do capital", disse Spada.

Em posicionamento semelhante, o secretário geral da Unafisco, Pedro Delarue, afirmou que o Brasil desobedece a Constituição Federal no seu princípio basilar. Segundo ele, a Lei Maior determina que todos devem ser tributados, independentemente da sua atuação econômica. "A tributação de lucros e dividendos distribuídos a sócios e acionistas da PJ permitiria uma redistribuição da carga tributária, com a possibilidade de aliviar a classe média, trazendo maior justiça ao sistema e finalmente fazendo obedecer ao princípio basilar da isonomia tributária", disse Delarue.

O auditor fiscal explicou que no Brasil o sistema tributário é regressivo, desigual, concentrador de renda, oferece privilégios aos mais ricos e penaliza a classe média. "É dentro dessa realidade brasileira, tem uma coisa particularmente cruel com o trabalhador, principalmente com o trabalhador assalariado, que sobre ele recai a carga tributária sobre a renda", afirmou.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/13/all.pdf>

Modelo atual trava novos empregos

Ed Alves/CB/D.A Press



Spada, presidente da Febrafite: reforma aumenta renda per capita

HENRIQUE LESSA

Rodrigo Spada, presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) O presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, lembrou que o modelo tributário nacional é da década de 1980, quando o país ainda vivia uma economia fechada. Isso, segundo ele, trava o crescimento nacional, com a maior parcela da tributação se concentrando sobre o consumo das famílias. "Isso não faz a gente gerar empregos e renda." "O contribuinte perde com altos custos de conformidade e de litigiosidade, e perde o fisco com isso também", afirmou o fiscal, para quem os altos custos de gestão tributária do contribuinte se somam à opacidade do sistema. Além da tributação excessiva do consumo, não permite que a sociedade entenda o que é realmente tributado. Para ele, isso representa as principais travas para o crescimento do país.

"Para além da função social do tributo, que é fundamental, existe também a qualidade da tributação. Hoje é muito ruim ser cobrador de **tributos** e saber que o fruto do seu trabalho acentua a desigualdade", lamentou Spada. "Para ter um país próspero e com crescimento, a **reforma tributária** sobre o consumo vai destravar o crescimento econômico." "A **reforma tributária** diminui a desigualdade, gera crescimento econômico, como foi dito de 10 a 12% do **PIB**. Isso significaria uma renda per capita maior de 400 a 600 reais por mês para cada cidadão brasileiro se tivéssemos feito essa reforma há 10 anos" apontou Spada. (HL)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobrazilien>

se/2023/04/13/all.pdf

Um edifício com problemas

Ed Alves/CB/D.A Press



Mauro Silva, presidente da Unafisco, defende uma reforma unificada

RAFAELA GONÇALVES

A proposta de **reforma tributária** que tramita no Congresso está sendo discutida de forma fatiada. No primeiro semestre, será tratada a reformulação nos **tributos** sobre o consumo e a reforma do Imposto de Renda, que inclui a tributação sobre dividendos, ficará para o segundo semestre. O presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva, defendeu que a reforma seja tocada de maneira unificada.

"Não tem sido essa a opção do governo, mas entendemos que temos classe política e corpo técnico competentes para levar em paralelo tanto a reforma sobre o consumo quanto sobre a renda", avaliou Mauro Silva. "Acho que temos capacidade para isso, mas há aqueles que acreditam que o foco é melhor", enfatizou. "Compreendo a opção política atual, mas faço o chamado para essa reflexão, de que é capaz e talvez até facilite a discussão sobre o consumo, levar em paralelo a discussão sobre a tributação da renda", acrescentou.

Ao fazer a analogia do sistema tributário com um edifício, ele citou cinco pilares: tributação sobre o consumo, renda, patrimônio, comércio exterior e o sobre o financiamento da previdência. Para o presidente da Unafisco, há problemas em todos os "andares do edifício" e não é possível focar apenas em determinadas distorções do sistema tributário atual.

"Esse novo prédio, chamado Brasil, tem que contemplar todos esses andares e também o velho prédio [o sistema atual], aquele que mostramos que há privilégios, muitos pobres e é complexo. Temos dialogado com o Congresso no sentido dessa preocupação de não desconsiderar a importância da administração tributária", afirmou.

"Uma vez que a renda das famílias e o investimento das empresas chegue em mais de 80% do **PIB** (Produto Interno Bruto), é compreensível que se jogue um olhar mais preocupante sobre a tributação do consumo. Mas eu não posso ignorar que este prédio não tem só um andar", insistiu.

O presidente da Unafisco reforçou que em um país como o Brasil, o financiamento da previdência tem uma necessidade de ajudar os mais pobres. "Isso tem sido esquecido na **reforma tributária**. O que estamos assistindo é a precarização das relações de trabalho", criticou.

"Bicicleta"

Ele citou, por exemplo, a situação de trabalhadores empregados em plataformas digitais. "Esse tal de empreendedorismo do cara de bicicleta, que é praticamente um trabalho semi-escravo; os aplicativos estão erodindo a base das folhas de salários e comprometendo o financiamento da previdência", afirmou Silva. Ele citou ainda o movimento de "pejotização", com a ampliação de Microempreendedores Individuais (MEIs). Segundo ele, o fenômeno também enfraquece a folha de salários.

"Os problemas desse andar mal têm sido tocados e é preciso encarar isso, porque é um problema social gravíssimo", destacou Mauro Silva. No caso da tributação do patrimônio, o auditor fiscal lembrou da cobrança do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), que também deveria ser cobrado de jatinhos; e a tributação sobre heranças, que tem no Brasil uma das alíquotas mais baixas do mundo, não passando de 8%, enquanto países desenvolvidos cobram de 30% a 50%.

"Aqueles países citados para dizer que o Brasil precisa "chegar lá" cobram essas alíquotas, mas nessa hora ninguém gosta de citar", observou Mauro Silva. "Se precisamos ser igual ao Chile ou aos Estados Unidos, então que sejamos também na tributação sobre a herança, no ITCMD (Imposto sobre Transmissão

Causa Mortis e Doação)", comparou o presente da Unafisco. Ele citou também benefícios fiscais ineficientes, "enormes e bilionários na área do Imposto de Renda, que precisam ser tratados". (RG)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/13/all.pdf>

Uma reforma ampla e justa



O deputado e relator da Reforma Tributária na Câmara, Aginaldo Ribeiro: mudança no atual modelo deve atender ao interesse geral

TAÍSA MEDEIROS RAFAELA GONÇALVES FERNANDA STRICKLAND HENRIQUE LESSA

Em um debate que se arrasta há décadas, uma pergunta se impõe: qual **reforma tributária** é possível no Brasil? Essa indagação conduziu o primeiro painel do CB Talks realizado ontem no auditório do Correio. O debate reuniu o deputado e relator da **Reforma Tributária** na Câmara, Aginaldo Ribeiro (PP-PB); o presidente da Unafisco, Mauro Silva; o ex-senador Roberto Rocha; e o diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli.

Ao comentar o tema, Ribeiro defendeu uma mudança na regra tributária que "atenda ao interesse do país", e que não leve em conta apenas os anseios do governo ou de parcela da sociedade. "Uma reforma como essa é estruturante para o país. Ela é progressiva porque visa distorcer o que construímos ao longo de 50 anos de história, onde nos especializamos, ao longo desse tempo, em construir o pior sistema tributário do planeta", criticou.

O parlamentar lembrou a dificuldade do país em competir em nível global. Segundo o ranking Competitividade Brasil, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil ocupa a 16ª posição na escala que mede o potencial competitivo das empresas brasileiras.

"Estamos fora do mundo. Precisamos fazer esse ajuste porque não temos como concorrer hoje, com quem quer que seja. Esse sistema é muito caro e traz o famoso Custo Brasil, que é impeditivo. Oitenta por cento do chamado Custo Brasil estão no sistema tributário brasileiro", destacou.

O ex-senador Roberto Rocha, que foi relator da PEC 110/2019, apresentada pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), definiu o atual sistema como "um

manicômio tributário" e alertou para o fato de que a complexidade afasta os investimentos do Brasil, ampliando a pobreza com a não geração de riqueza.

Rocha avaliou, ainda, que o sistema tributário brasileiro está na era analógica, enquanto a sociedade já é digital. A consequência disso é a disparidade na arrecadação, especialmente entre as maiores empresas do país, citando as plataformas que não são tributadas.

"Nós temos o maior restaurante do Brasil, que não tem uma panela; a maior rede de táxis, que não tem um carro; e a maior rede de hotel do país, que não tem um quarto", exemplificou o ex-senador. Por fim, Rocha defendeu ainda que, após a aprovação da reforma no parlamento, será necessário se debruçar sobre uma reforma administrativa.

Edifício tributário

O presidente da Unafisco, Mauro Silva, enfatizou o papel decisivo dos parlamentares para o sucesso da reforma. Utilizando a analogia da construção de um edifício para exemplificar o que seria o novo sistema tributário, Silva definiu os parlamentares como os engenheiros do "prédio".

"Não adianta um desenho muito bem feito se os engenheiros que forem colocar de pé esse prédio tributário, chamado Brasil, não estiverem bem sintonizados e aproveitarem as experiências dos problemas passados", afirmou, ao destacar a importância do diálogo para a construção da reforma.

"A reforma é um desafio político que depende de que a sociedade seja esclarecida, para que essa compreensão chegue também até o Congresso Nacional. Há obstáculos a serem ultrapassados, e só o debate pode fazer com que se clareie os caminhos", frisou.

O diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli citou alguns desses desafios. Um dos principais, na opinião dele, é manter a atual carga tributária, sem aumentá-la. "Temos que manter a base tributária entre os entes federativos. Isso é um desafio porque se reflete em tudo. Precisa calcular o passado, trazer isso para o presente, para impactar no futuro, e calcular a alíquota modal, para que assim tenhamos a efetiva tributação", explicou.

Aginaldo Ribeiro comentou a complexidade de se

definir uma regra tributária justa. "Uma reforma como essa não é uma reforma de governo, é uma reforma do Estado brasileiro. Aliás, é uma coisa que nós perdemos de vista. Nós discutimos e implantamos as políticas de Estado. São aquelas que decidimos como cidadãos, não importa se vai ser a esquerda ou a direita ou centro que vai executar. Mas nós sabemos para onde queremos ir", completou.

O relator externou o tipo de pressão a que é exposto. "Algumas pessoas me perguntam: você acha que tem ambiente para se aprovar uma **reforma tributária**? E eu respondo: "Não vai ter ambiente nunca". Se a gente fosse pensar, o ideal era primeiro reduzir o tamanho do Estado. Adaptar o Estado à nossa realidade, reduzir o compromisso fiscal que nós temos hoje. E aí fazer uma reforma que a gente pudesse reduzir a carga tributária", apontou.

Aguinaldo ressaltou a urgência de se rever o modelo tributário. "Temos primeiro a exaustão de um sistema tributário que ninguém consegue mais conviver com ele. Nem a federação, nem os entes federados, nem os setores", constatou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

Pobre é mais penalizado

ED ALVES/CB/D.A.Press



**Roberto Rocha: sistema é
desequilibrado e injusto**

HENRIQUE LESSA

O ex-senador Roberto Rocha (PTB-MA) apontou que o projeto da **reforma tributária** discutido atualmente na Câmara dos Deputados tem o objetivo de corrigir as injustiças do sistema tributário brasileiro, que tributa proporcionalmente mais o pobre que emprega toda a sua renda em consumo. Nesse sentido, o ex-senador definiu o sistema tributário atual como "um manicômio tributário". Ele foi relator da proposta de emenda constitucional 110/2019 na Casa.

Rocha disse também que a complexidade tributária do sistema brasileiro torna a gestão fiscal extremamente cara ao empresário. "As empresas pagam no Brasil mais de 1% do **PIB** só para fazer a gestão tributária", destacou. Para Rocha, a alta das alíquotas e a complexidade do sistema afastam os investimentos do Brasil, ampliando a pobreza com a baixa geração de riqueza.

A base de arrecadação brasileira é injusta, sustentou o ex-senador. Ele lembrou que o sistema tributário obtém 50% de sua arrecadação na tributação sobre o consumo, enquanto apenas 17% de toda a arrecadação em **tributos** é sobre a renda. (HL)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

Simplificar imposto para o país crescer



Jornalista Vicente Nunes (E) mediu o CB Talks sobre reforma tributária: em dois painéis, especialistas debateram as perspectivas do debate



Bernard Appy no CB Talks: maiores chances para o IVA dual

ROSANA HESSEL

O Brasil não cresce acima de 2% de forma sustentável devido, em grande parte, à falta de uma efetiva **reforma tributária**, que simplifique e destrave a economia. No começo dos anos 2000, o país despontou como um dos protagonistas do grupo dos países emergentes de crescimento rápido. Mas, na terceira década do novo milênio, registra as menores taxas de expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A necessidade de mudanças no complexo sistema nacional de **tributos** - que afugenta muitos investidores brasileiros e estrangeiros - é mais do que urgente. Especialistas destacam que uma reforma bem feita poderá alavancar o **PIB** potencial em até 20% nos próximos 10 a 20 anos.

Ante essa realidade, o Correio Braziliense realizou, ontem, em parceria com a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil

(Unafisco Nacional), o seminário Correio Talks: **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos.

O evento teve a presença de parlamentares, autoridades e especialistas. Um dos impactos destacados foi de que, com a reforma no modelo tributário, a renda per capita poderá crescer em torno de R\$ 500 por mês e até R\$ 6 mil por ano.

Na abertura do evento, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, destacou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende realizar as mudanças no sistema tributário em duas etapas: primeiramente, pelo consumo; em seguida, pela renda.

Appy ressaltou que, nessa primeira fase, será preciso aproveitar as propostas de emenda à Constituição que estão no Congresso Nacional: a PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados, e a PEC 110, do Senado Federal. As duas matérias ficaram paradas no Legislativo durante o governo anterior, que tentou apresentar uma proposta própria, que também não prosperou.

A ideia do novo governo, segundo Appy, é aproveitar o teor das PECs para construir um texto único de uma **reforma tributária** que, além de simplificar o sistema atual, garanta um crescimento de, pelo menos, 12% no Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, em 20 anos.

De acordo com o secretário, alguns estudos indicam que uma boa **reforma tributária** poderá garantir aumento de até 20% no **PIB** potencial daqui a cerca de 10 a 20 anos. Na avaliação dele, as duas propostas têm inúmeros pontos em comum, com taxações adicionais sobre produtos que agridem a saúde e o meio ambiente, por exemplo.

A diferença entre as duas, apontada por Appy, é que a PEC 45 propõe um imposto único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unifica cinco **tributos** federais e regionais; e a PEC 100 estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, sendo um cobrado pelo governo federal e o outro, pelos entes federativos.

Durante a apresentação de abertura, Appy chamou a atenção para a complexidade do sistema de **impostos** brasileiros, denominando-o de "manicômio", mesmo termo utilizado pelo ex-senador Roberto Rocha, também convidado ao encontro. Rocha se juntou ao deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da PEC

45, também convidado do CB Talks, e sustentou que a **reforma tributária** vai melhorar a distribuição de renda no país. "Essa reforma que estamos fazendo tem o papel de cidadania, para construirmos a cidadania do ponto de vista fiscal e social", complementou Ribeiro.

Debata maduro

Na avaliação do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho sobre **Reforma Tributária** na Câmara, o debate acerca do tema está bastante maduro. Segundo ele, será possível unir parlamentares governistas e da oposição para aprovar a PEC da **reforma tributária** com ampla maioria. "Creio que teremos mais de 400 parlamentares votando a favor", estimou o parlamentar ao Correio. Para ser aprovada na Câmara, uma PEC precisa de, no mínimo, 308 votos favoráveis. "Essa matéria será uma reforma do Estado e não de governo, e será votada", afirmou.

Na parte relativa à taxa de lucro sobre renda, o secretário-geral da Unafisco, Pedro Delarue Tolentino Filho, defendeu a tributação de lucros e dividendos, uma vez que apenas o Brasil, Estônia e Eslováquia não adotam essa cobrança. Pelas contas dele, uma taxa de lucro e dividendos, mesmo de forma parcial, como ocorre em países como México, Chile e Nova Zelândia, permitiria um aumento da arrecadação do governo federal de R\$ 80 bilhões a R\$ 90 bilhões por ano.

"Esse recurso poderia ser utilizado para atualizar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e até contribuir para reduzir um pouco o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), fazendo um mix", sugeriu Delarue. "Sem tributar dividendos e lucro das empresas, o governo perde duas vezes", frisou. Delarue também lembrou, que, ao não tributar dividendos e lucros pagos aos acionistas, o governo descumpra um dos princípios basilares da Constituição: a isonomia.

Quatro perguntas para Bernard Appy

O senhor falou que o governo apoia as propostas de **reforma tributária** do Congresso. Qual das duas - a PEC 45 ou a PEC 110 - deve caminhar mais?

Na verdade, as duas se aproximaram muito. O resultado final vai ser uma composição das duas, acredito eu, com um texto único. O próprio grupo de trabalho da Câmara, neste momento, está trabalhando com as duas PECs como referência. O objetivo é importante, porque se não fizer isso, elas não são muito diferentes. Foram diferentes no começo. Hoje são muito mais próximas.

Mas o imposto dual e o imposto único se diferenciam nas duas propostas. O senhor acha que vai caminhar para qual solução?

Vai ser uma decisão do Congresso. Mas a nossa avaliação é que, politicamente, tem mais chance de avançar o IVA dual do que um IVA único. Do ponto de vista das empresas, o ideal seria um IVA único, mas ter dois IVAs com a mesma legislação. A diferença é muito pequena, não tem realmente um impacto muito relevante do ponto de vista das empresas. Politicamente, o IVA dual parece-me ser mais factível por conta das questões federativas.

O senhor comentou sobre a segunda etapa da **reforma tributária**, sobre a renda.

O ministro Haddad tem falado um pouco sobre isso também. Essa reforma da renda vai vir.

Ainda não estou antecipando detalhe. O ministro falou algumas coisas que estão vindo agora para a redução de distorções. Isso pode vir antes, mas o grosso dessa reforma vem em seguida.

Quando? Depois da viagem presidencial para a China ou ainda neste semestre?

Não sei. Pode ser. Não tenho, tenho como dar o timing agora, porque ainda não está decidido (o cronograma). (RH)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

Tributação pelo mundo

Compare o modelo tributário adotado no Brasil ao de outros países. Por aqui, a carga de impostos recai mais sobre o consumo. Em países desenvolvidos, o fisco impõe taxas maiores sobre patrimônio e renda.



TRIBUTAÇÃO SOBRE CONSUMO
Tributos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins



TRIBUTAÇÃO SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO
Tributos pagos pelo empregador, como salário educação, ou contribuições trabalhistas e previdenciárias



TRIBUTAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO
Impostos como IPVA, IPTU, e ITR



TRIBUTAÇÃO SOBRE RENDA
Imposto de Renda

CANADÁ



PAÍSES DA OCDE



BRASIL



ARGENTINA



Fonte: Unafisco Nacional

Reforma tributária aumenta PIB em até 20% e amplia renda



O jornalista Vicente Nunes mediou o Correio Talks Reforma Tributária: O Brasil quer impostos justos: debate reuniu especialistas, autoridades e políticos

Foto: Ed Alencar/DA Press



Bernard Appy

Dep. Reginaldo Lopes

Dep. Aguinaldo Ribeiro

Mauro Silva

Melina de Souza Rocha

Fernando Mombelli

Rodrigo Spada

Pedro Delarue Tolentino

Roberto Rocha

Ricardo Ezequiel Torres

eles pagam sobre mercadorias e serviços. Pedro Delarue, auditor fiscal, afirmou que o governo não pode se furtar de taxar lucros e dividendos, uma forma de justiça fiscal.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/13/all.pdf>

A **reforma tributária**, se aprovada, poderá incrementar o Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial entre 12% e 20% nos próximos 10 a 20 anos. A perspectiva é que a renda per capita no país aumente, em média, R\$ 500 por mês, ou R\$ 6 mil por ano. As projeções foram apresentadas em seminário promovido ontem pelo Correio em parceria com a Unafisco. Na avaliação de Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, o atual sistema brasileiro de **impostos** é perverso e pune, sobretudo, os mais pobres. O emaranhado é tamanho, que a cumulatividade de **tributos** reduz o **PIB** em 4%. Tanto o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara, quanto o ex-senador Roberto Rocha, que relatou a PEC-110 no Senado sobre o assunto, acreditam que há um real comprometimento do governo Lula de tirar o Brasil das amarras que prejudicam as empresas, travam a geração de empregos e impedem um salto nos salários. Eles preveem forte apoio do Congresso à simplificação tributária. Presidente da Unafisco, Mauro Silva acredita que a reforma deve ser mais ampla do que a que está sendo proposta, que começa pelos **impostos** que incidem sobre o consumo. Para ele, as mudanças devem abranger também a tributação sobre a renda e o patrimônio, além de uma nova estrutura de financiamento da **Previdência Social**. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária**, disse que o governo pretende devolver aos mais pobres, por meio do mecanismo de cashback, parte dos **impostos** que

Governo "bate cabeça" sobre tributos ao comércio eletrônico

Nathalia Garcia e Fábio Pupo, Gabriela Oliva, Fábio Zanini

O que se pretende fazer, segundo a pasta, é reforçar a fiscalização

Em meio às notícias de que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) colocaria fim à isenção de imposto de importação para encomendas de até US\$ 50 (RS 250) destinadas a pessoas físicas, o Ministério da Fazenda disparou nota oficial ontem informando que não será criada taxa para compras online. O que se pretende fazer, segundo a pasta, é reforçar a fiscalização. "Nunca existiu isenção de US\$ 50 para compras online do exterior. Portanto, não faz sentido afirmar que se pretende acabar com o que não existe. Nada muda para o comprador e para o vendedor online que atua na legalidade", destacou o ministério na nota divulgada.

A isenção de US\$ 50 se aplica somente para o envio de remessas de pessoa física para pessoa física. "Se, com base nele, empresas estiverem fracionando as compras, e se fazendo passar por pessoas físicas, estão agindo ilegalmente", acrescenta.

O governo pretende reforçar a fiscalização obrigando o exportador a prestar declaração antecipada com dados do exportador e de quem compra, além do produto. Segundo a Fazenda, não haverá qualquer mudança para quem compra e vende legalmente pela internet.

"As mudanças vão beneficiar o consumidor que vai receber suas compras online mais rápido, com mais segurança e qualidade. Isso porque os produtos terão o processo de liberação agilizado, a partir das informações prestadas pelo vendedor legal, enquanto ainda estiverem em trânsito para o país".

A nota destaca ainda que as empresas brasileiras também saem beneficiadas, principalmente as pequenas, que mais empregam e pagam corretamente os seus **impostos**.

A área econômica vinha sendo pressionada a tomar alguma medida no sentido de impedir que lojas virtuais estrangeiras, como as asiáticas Shein, Shopee e Aliexpress, driblassem a tributação brasileira.

"CONCORRÊNCIA DESLEAL". O "contrabando digital" está na mira da pasta econômica, que estima «arrecadar até R\$ 8 bilhões com a tributação de plataformas de varejo internacionais que driblam as regras da **Receita Federal**.

Varejistas asiáticas - como AliExpress, Shein e Shopee - abocanharam uma parte significativa do mercado brasileiro com produtos mais baratos e são acusadas de concorrência desleal por parte das empresas brasileiras.

Com o objetivo de fortalecer o combate à sonegação de **impostos** e tomar a fiscalização do comércio eletrônico mais efetiva, a Receita prevê a obrigatoriedade de declarações completas e antecipadas da importação, identificando exportador e importador, com possibilidade de multa em caso de subfaturamento ou dados incompletos ou incorretos.

Varejistas: taxa às asiáticas

O Representantes de entidades varejistas sugeriram a um representante do Ministério da Fazenda em café da manhã nessa terça-feira (11) que o governo taxe o faturamento bruto das empresas estrangeiras de comércio eletrônico.

Só assim, argumentaram, será possível acabar com o que chamaram de "concorrência predatória" com as empresas brasileiras.

O recado foi dado em encontro do qual participaram representantes de entidades como Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) e Associação pela Indústria e Comércio Esportivo (Ápice).

Do lado do governo esteve presente o secretário de Reformas Econômicas da Fazenda, Marcos Barbosa. Também participaram deputados federais que acompanham o tema.

Segundo o Painel apurou, o recado dado foi de que a decisão de retirar a isenção tributária de compras até US\$ 50 não resolve o problema da sonegação tributária e ainda penaliza o consumidor.

Mais eficiente seria cobrar imposto em cima de produtos vendidos no Brasil por sites como AliExpress, Shein e Shopee, baseados na Ásia. Produtos importados por meio destas plataformas muitas vezes são vendidos na rede varejista brasileira.

"Será impossível aprovar texto que reduza peso dos **impostos**"

O relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), avaliou ontem que o Congresso tem condições oportunas e adequadas para votar a simplificação da tributação sobre o consumo, mas admitiu que será impossível aprovar um texto que reduza o peso dos **impostos**.

"Estamos prontos para aprovar a reforma. Temos pela primeira vez o governo priorizando a **reforma tributária** como parte estruturante da sua estratégia", afirmou Ribeiro, em evento organizado pelo "Correio Braziliense".

"Me perguntam se há ambiente para aprovar uma **reforma tributária**, e eu respondo que não vai ter ambiente nunca. Porque as condições ideais demandariam primeiro reduzir o tamanho do Estado e reduzir o compromisso fiscal", ponderou.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

ENTENDA

O que se sabe sobre a possibilidade de taxação pelo governo de importação de até US\$ 50 (R\$ 250)

CONTEXTO

As empresas de comércio eletrônico fora do Brasil colocam indevidamente o nome de pessoas físicas como remetentes. O chamado "contrabando digital" está na mira do Ministério da Fazenda desde o início do ano.

QUAIS AS EMPRESAS AFETADAS?

Plataformas de varejo internacionais. Entre elas, varejistas asiáticas, como AliExpress, Shein e Shopee, que abocanharam uma parte significativa do mercado brasileiro com produtos mais baratos e são acusadas de concorrência desleal por parte das empresas brasileiras.



O QUE MUDA PARA O CONSUMIDOR?

A Receita deve prever a obrigatoriedade de declarações completas e antecipadas da importação por parte das plataformas, identificando exportador e importador, com possibilidade de multa em caso de subfaturamento ou dados incompletos ou incorretos. Com a declaração antecipada, a mercadoria chegaria ao Brasil já

liberada, podendo seguir diretamente para o consumidor. A fiscalização da Receita ficaria, assim, centralizada nas remessas de maior risco a partir de inconsistências identificadas pelos sistemas de gestão de riscos, alimentados pelos dados concedidos previamente.

O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO?

Atualmente, a isenção se aplica para os bens que integrem remessa postal internacional, importados via Correios, desde que o remetente e o destinatário sejam pessoas físicas e a remessa não seja fruto de uma transação comercial. Essa brecha foi criada nos anos 1980 pensando em encomendas de pessoa física para pessoa física.

Quando ocorre uma operação comercial, ainda que o remetente seja uma pessoa física, na verdade estará atuando como se pessoa jurídica fosse, afastando a aplicabilidade da isenção, segundo a Receita.

COMO OCORRE A FRAUDE?

Segundo o governo, a isenção até US\$ 50 tem sido usada indevidamente pelo comércio eletrônico. Algumas empresas estariam se passando por pessoa física para enviar as encomendas internacionais e o cliente receber no Brasil sem cobrança de imposto.

Outra prática irregular é colocar na nota do produto um valor abaixo do real para caber na cota de US\$ 50 e tentar burlar a taxação. E quando o cliente pede vários produtos, os sites dividem a compra em diferentes pacotes, sempre abaixo cota, em uma tentativa de driblar a cobrança.

Desigualdades regionais e reforma tributária (Artigo)

Laércio Oliveira Senador da República (PP/SE), é membro titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado

O desenvolvimento sustentável do Brasil passa pela necessária e urgente redução das desigualdades regionais, especialmente entre o Nordeste e os estados do Sudeste e do Sul. As causas dessas disparidades econômicas entre as regiões têm razões diversas, contudo, a histórica falta de investimento no capital humano - ou seja, na educação pública - e de um sistema tributário justo e voltado à competitividade exigida das economias modernas são, certamente, as mais relevantes.

Num passado recente, dizia-se que a educação seria "efeito" e não a "causa" do desenvolvimento. Hoje, fala-se justamente o contrário: o baixo investimento em educação e não a insuficiência de investimento produtivo, tese do economista Celso Furtado, explicaria o atraso regional. Mesmo as classes pobres do Sul/Sudeste se beneficiaram mais da educação pública em razão da melhor oferta de escolas nesses estados, ainda no início do século passado. Não seria exagero afirmar que a partir da escola pública o desequilíbrio foi se perpetuando entre o Nordeste e o Sul/Sudeste.

Reduzir desigualdades exige um sistema educativo focado na qualidade e na maior oferta de vagas. Isso parece óbvio, porém, no Nordeste, além da carência de escolas, ainda persiste a dificuldade de acesso a elas por falta de transporte adequado. É preciso aplicar mais dinheiro por aluno, pois o patamar garantido pelo Fundeb ainda é menor do que o dos estados do Sudeste e do Sul. A Sudene deve ser transformada num órgão de fomento da qualidade da educação, com atuação direta nos municípios com maior deficiência no ensino. Através de parcerias público-privadas, será possível ampliar a construção de escolas, melhorar a gestão, requalificar professores e expandir as creches, pois é nessa fase da vida que surgem as desigualdades de perspectivas futuras de renda.

De igual modo, o regime tributário contribuiu para aprofundar e consolidar disparidades regionais históricas, ao interferir no padrão de crescimento e na competitividade. Congressistas tentam há tempos modernizar o intrincado sistema de arrecadação, mas

tornar a tributação mais racional e justa sempre esbarrou na necessidade de uma delicada costura política, face a diversidade de interesses contrariados a cada peça que se busca mover no tabuleiro. Nenhum ente federativo admite perder recursos sem a certeza de compensação. A chamada "guerra fiscal" é reflexo desse desequilíbrio.

Se queremos um arcabouço tributário que estimule o ecossistema de negócios, devemos examinar os efeitos no Nordeste das propostas de reforma em discussão no Congresso. Se aprovadas, tais mudanças podem comprometer o crescimento da região, pois extinguem parte da competência tributária de estados e municípios ao privá-los de criar políticas fiscais próprias, com tratamentos diferentes de produtos essenciais típicos de cada região, ou pela atração de investimentos advindos de competições justas que não devem ser confundidas com o "cada um por si" de uma guerra fiscal.

A visão "simplificadora" dos projetos em análise busca taxar prorariamente o consumo. Ocorre que o peso médio dos **impostos** sobre alimentos já chega a 22,5%, enquanto o padrão internacional fica em torno de 6,5% no preço final ao consumidor. Ou seja, pessoas mais pobres serão as mais prejudicadas pela mudança, sobretudo no Nordeste, que concentra o maior número de brasileiros vivendo com rendimento de até meio salário mínimo. Obviamente, devemos defender quem gera emprego e renda, fazendo girar a roda da economia. Mas sem consumo não há lucro nem desenvolvimento perene. Então, também nesse sentido as propostas devem ser mais debatidas.

As disparidades econômicas travam o fortalecimento do mercado interno e prejudicam a capacidade de concorrência no âmbito internacional. Um Brasil mais justo e próspero passa necessariamente pelo crescimento sustentável do Nordeste. Antigos instrumentos de fomento lastreados em incentivos fiscais e no crédito subsidiado ainda são indispensáveis, contudo, uma abordagem com vistas a um futuro promissor para todos requer investimentos na qualificação da educação pública da região e um debate racional sobre os entraves fiscais que distorcem o princípio federativo.

Ao permitir a dinamização e diversificação da economia nacional através de novos

empreendimentos, mais empregos com remuneração superior e incremento da renda, a superação das desigualdades regionais cumprirá ainda uma importante disposição da Constituição Cidadã de 1988. Qual seja, habilitar milhões de nordestinos a também partilharem do pleno desenvolvimento econômico, social e cultural do país, um direito humano fundamental e inalienável.

Um Brasil mais justo e próspero passa necessariamente pelo crescimento sustentável do Nordeste

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2023/04/desigualdades-regionais-e-reforma-tributaria.html>

Appy diz que reforma tributária vai alcançar folha de salários

EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, disse ontem que o "segundo bloco" da reforma - que tratará dos **impostos** sobre a renda - também pode incluir mudanças na tributação sobre a folha de salários.

"A agenda da **reforma tributária** do governo tem dois blocos. O primeiro bloco, que está sendo discutido neste momento no Congresso, é a reforma da tributação do consumo. E teremos um segundo bloco, que é a reforma da tributação da renda, e, muito possivelmente, da folha de salários, que virá em seguida", afirmou o secretário, durante evento organizado pelo jornal Correio Braziliense.

"Também vão ser propostas algumas mudanças na tributação do patrimônio, parte no primeiro e parte no segundo bloco." Em nova defesa da reforma, Appy repetiu que as duas propostas de simplificação da tributação do consumo que tramitam no Congresso (as Propostas de Emenda Constitucional de números 110 e 45) convergiram ao longo dos últimos anos para relatórios semelhantes.

"A grande diferença entre elas é que uma propõe a criação de um IVA único, e a outra de dois IVAs, sendo um federal e outro estadual/municipal.

Ambas também criam um imposto seletivo extrafiscal", afirmou ele, em referência à criação do Imposto sobre Valor Agregado, que vai agregar os atuais **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins).

Appy disse ainda que todos os países têm regimes especiais para operações com bens imóveis e tratamento diferenciado na tributação sobre serviços financeiros.

Segundo ele, ambas as propostas em tramitação no Congresso contemplam essas questões.

"Parte dos serviços financeiros é prestada sob a forma de margem como, por exemplo, o spread numa operação de crédito. Quando você cobra por um serviço sob a forma de margem, você não consegue alocar o imposto em operação por operação, como é o caso do IVA. Esse regime diferenciado não necessariamente é favorecido, mas diferente", afirmou.

"DECISÕES POLÍTICAS".

Appy destacou que "decisões políticas" podem conferir outros regimes favorecidos na **reforma tributária**.

A PEC 110 tem um dispositivo genérico dizendo que uma lei complementar irá definir os setores com regimes favorecidos. Já PEC 45 tem uma lista de setores que poderiam ter tratamento favorecido por 12 anos, incluindo saúde, educação, produtos agropecuários, transporte público de passageiros, transporte de cargas e entidades beneficentes.

"Não necessariamente tratamento favorecido significa ter alíquota menor.

Há formas diferentes de se fazer isso, incluindo regras diferentes de creditamento, isenção ou sistema de devolução de imposto", disse o secretário extraordinário da Fazenda.

"Teremos um segundo bloco, que é a reforma da tributação da renda, e, muito possivelmente, da folha de salários, que virá em seguida" Bernard Appy Secretário extraordinário para a **reforma tributária**

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Grupo da reforma estuda alíquotas diferenciadas para saúde e educação

IANDER PORCELLA BRASÍLIA

O grupo de trabalho da **reforma tributária** estuda fixar duas alíquotas diferenciadas do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para beneficiar setores que temem ser prejudicados com as mudanças, principalmente o de serviços, disse ao Estadão/Broadcast o deputado Mauro Benevides (PDT-CE), um dos integrantes da equipe. Os parlamentares escalados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), para negociar a reforma têm se reunido com representantes de diversos segmentos da economia e devem apresentar um relatório final em maio.

A ideia, segundo Benevides, é que as duas novas alíquotas sejam inferiores à geral de 25% do imposto sobre consumo que será criado pela reforma com a extinção de **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins), estaduais (ICMS) e municipais (ISS). Há consenso no grupo sobre a inclusão de serviços de saúde e educação com tratamento diferenciado. Também se discute atender o agronegócio e o transporte público.

Os percentuais ainda estão indefinidos. "Vamos ver que setores se adequam numa (alíquota) e que setores se adequam em outra. Vai depender do custo que cada um tem hoje." Segundo Benevides, a equipe de trabalho levará os dissensos sobre a reforma, incluindo a questão das alíquotas diferenciadas, ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a partir da próxima semana, quando ele volta da viagem à China.

REUNIÕES COM HADDAD.

A expectativa é de que haja uma reunião por semana dos integrantes do grupo da **reforma tributária** com o chefe da equipe econômica às sextas-feiras. Havia uma previsão de apresentar ainda nesta semana uma lista de consensos já formados desde a criação do grupo, mas o anúncio foi adiado porque os deputados querem "bater o martelo" com o governo.

"Podemos ter duas novas alíquotas além daquela de referência para que a gente possa contemplar todas as preocupações que existem de aumento de carga", disse o deputado.

"O setores de serviços, educação e saúde são os mais apavorados.

Eles pagam entre 11,75% e 12,80% e estão com medo de pagar 25%. Então, nós vamos usar pelo menos uma alíquota de referência e mais duas. São três alíquotas. Eles já vão ficar mais tranquilos." A discussão de alíquotas diferenciadas para alguns segmentos tem pautado a discussão da **reforma tributária**. Especialistas com experiência internacional, como a portuguesa Rita De La Feria, porém, dizem acreditar que o melhor modelo é o de uma alíquota única com ajuda direta aos mais pobres - países europeus também adotaram alíquotas diferenciadas, o que acabou prejudicando quem tem menos renda e criando litígios na Justiça. Segundo ela, benefícios são dados não por razões técnicas, mas porque há setores com poder muito grande, que exercem pressão na mesma medida.

MOBILIZAÇÃO DA SAÚDE.

No dia 5, entidades do setor de saúde enviaram carta ao grupo de trabalho para pedir tratamento diferenciado no texto da proposta.

As associações, que se reuniram com o secretário extraordinário para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, argumentam que os produtos de saúde são essenciais e, por isso, não deveriam entrar na alíquota única.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, também falou sobre o tema com os deputados no dia 4. "Sabemos que o setor de serviços é o que está mais preocupado com a **reforma tributária**. Então, há que se discutir naqueles setores, especialmente aqueles mais relevantes, como educação e saúde, é possível discutir uma questão de alíquota diferenciada", disse. Tebet frisou, contudo, que a decisão sobre tratamento tributário diferenciado cabe ao Congresso.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também falou em tratamento tributário diferenciado.

"Para alguns setores que estão preocupados, tem solução, resolve.

Precisamos ter um imposto, mas podemos ter até mais de uma alíquota. É simplificar o modelo", disse, no dia 4, na posse da nova diretoria da Frente Parlamentar

pelo Brasil Competitivo, presidida pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

No agro, segundo Benevides, a maior preocupação não é com a alíquota do IVA. "O agro está preocupado com o crédito presumido.

Como vão acabar todos os incentivos fiscais, esse crédito presumido vai acabar. E aí, qual a preocupação deles? Que eles compram de 180 mil pequenos produtores que não emitem nota fiscal. Não emitindo nota fiscal, eles não têm como dimensionar qual é o tamanho desses créditos, que hoje abate naquilo que vende", disse.

A mudança nos **impostos**

Mescla de propostas

O Grupo de Trabalho (GT) da **reforma tributária** discute hoje uma fusão entre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, de autoria da Câmara, e a 110/19, que tem origem no Senado O novo imposto

A ideia é criar um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) com uma alíquota geral de 25% sobre o consumo como substituto de **tributos** federais (IPI, PIS e Cofins), estaduais (ICMS) e municipais (ISS)

A tramitação

A PEC 45 tramitou em comissão especial na Câmara, com relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que agora também é o relator da reforma no GT e no plenário

Fundo de compensação

Entre as medidas estudadas, há a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, destinado a evitar que Estados e municípios percam receita. Ele seria abastecido com o aumento da arrecadação dos Estados consumidores e poderia durar por um período de transição de até 20 anos

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Appy diz que reforma reduzirá diferença entre municípios

Matheus Schuch De Brasília

A **reforma tributária** reduzirá a distância entre os municípios que possuem maior e menor arrecadação de **tributos**, em proporção ao número de habitantes, defendeu o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. No atual sistema, afirmou, há casos de municípios que arrecadam 200 vezes mais que outros, considerando o valor per capita.

Se aprovada a reforma que tramita no Congresso com apoio do governo, essa distância cairá para no máximo 15 vezes.

A possibilidade de queda na arrecadação com a integração entre ISS e ICMS é um dos principais motivos de resistência entre prefeitos de capitais e grandes cidades. A reforma estabelece que o imposto pertence à operação de destino.

"A migração do imposto para o destino significa que os Estados mais desenvolvidos perdem?

Não. Eles ganham, mas ganham menos. O valor do ISS e da cotaparte do ICMS do município que mais ganha no Brasil é 200 vezes maior no valor per capita do que o município que menos ganha. A **reforma tributária** corrige isso, ela não traz a perfeição, mas a redução para no máximo 15 vezes esta proporção", argumentou Appy.

Em debate promovido pelo jornal "Correio Braziliense" nessa quarta-feira (12), o secretário enfatizou que o Brasil é o único país que ainda separa tributação de mercadorias e serviços.

"É importante corrigir porque é cada vez menos claro qual é a fronteira entre mercadoria e serviço, não faz sentido tributar diferente aluguel e venda de automóvel, por exemplo", disse.

A adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), conforme prevê a reforma, seria adotada de forma gradual, pois há benefícios fiscais do ICMS que não podem ser extinguidos de imediato.

"Se você aprovar a emenda constitucional nesta ano e a lei complementar que regulamenta o imposto em 2024, você poderia fazer a transição dos **tributos**

federais, ou seja do PIS/Cofins para CBS, em meados de 2025. A transição do ICMS e ISS começaria em 2027 e encerraria em 2030 ou 2031", estimou Appy.

Para garantir redução de **impostos** aos mais pobres e valorizar determinados setores, uma das soluções será adotar o sistema de cashback, que poderia retornar aos consumidores de baixa renda que adquirem alimentos e também se voltar a segmentos de saúde e educação, por exemplo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187518?page=1§ion=1>